

# RELATÓRIO E CONTAS

GNB – GESTÃO DE ATIVOS SGPS, S.A.



2016

## ÍNDICE

---

<b>I</b>	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO .....</b>	<b>2</b>
1	<b>ESTRUTURA EMPRESARIAL .....</b>	<b>2</b>
1.1	INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1.2	ESTRUTURA ACIONISTA E PARTICIPADAS .....	2
1.3	ÓRGÃOS SOCIAIS .....	4
2	<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO.....</b>	<b>5</b>
2.1	SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL .....	5
2.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA – PORTUGAL .....	5
2.3	EVOLUÇÃO DO MERCADO MOBILIÁRIO .....	6
2.4	EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS .....	6
3	<b>ATIVIDADE.....</b>	<b>7</b>
3.1	ATIVIDADE NACIONAL .....	7
3.2	ATIVIDADE INTERNACIONAL .....	11
4	<b>RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>12</b>
5	<b>ANÁLISE FINANCEIRA .....</b>	<b>13</b>
5.1	CONTAS CONSOLIDADAS .....	13
5.2	CONTAS INDIVIDUAIS .....	14
6	<b>PROPOSTA DE RESULTADOS.....</b>	<b>15</b>
7	<b>NOTAS FINAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>II</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS .....</b>	<b>16</b>
1	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....</b>	<b>16</b>
2	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS .....</b>	<b>23</b>
3	<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 .....</b>	<b>27</b>
<b>IV</b>	<b>RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE .....</b>	<b>91</b>
1	<b>ESTRUTURA E MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO .....</b>	<b>91</b>
2	<b>POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO .....</b>	<b>93</b>

## I RELATÓRIO DE GESTÃO

---

### 1 ESTRUTURA EMPRESARIAL

#### 1.1 INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

A Sociedade foi constituída em 3 de dezembro de 1992 com a denominação de ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, SA, tendo em 23 de maio de 2016 alterado esta para GNB - Gestão de Ativos, SGPS, SA (adiante também referida como GNBGA SGPS).

No contexto da resolução de 3 de Agosto do Banco de Portugal, aplicada ao Banco Espírito Santo, SA (BES), de onde resultou a criação do NOVO BANCO, e a transferência imediata e definitiva para este da generalidade da atividade e do património do BES, a GNBGA SGPS passou a fazer parte integrante do Grupo NOVO BANCO.

A GNBGA SGPS tem por objeto o exercício da atividade a gestão de participações sociais noutras sociedades, e tem sede social na Av. Alvares Cabral nº 41 em Lisboa, encontrando-se registada na Conservatória do Registo Comercial com o nº 502933380.

A GNB - Gestão de Ativos, SGPS, SA, com um capital social de onze milhões setecentos e cinquenta mil euros, é a holding do Grupo NOVO BANCO que enquadra a atividade de gestão de ativos financeiros.

A atividade de gestão de ativos é desenvolvida em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo e Angola) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito.

As participadas nacionais da GNBGA SGPS funcionam de um modo integrado potenciando, assim, um nível de serviço com grande racionalidade operativa, salvaguardando, no entanto, a identidade e a separação patrimonial, financeira e jurídica de cada uma.

A oferta de produtos abrange um conjunto variado de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

#### 1.2 ESTRUTURA ACIONISTA E PARTICIPADAS

##### Estrutura Acionista

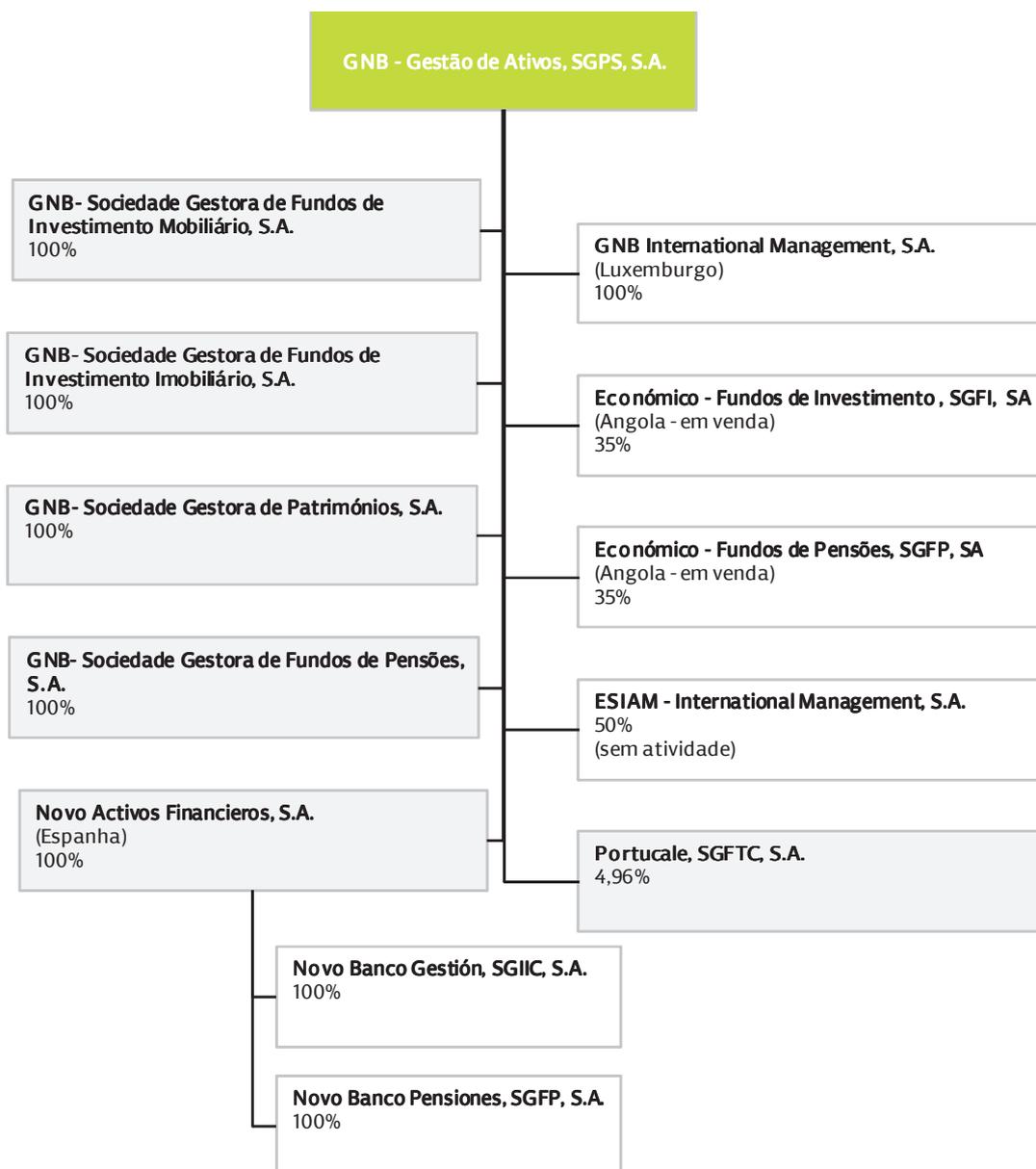
Em 31 de Dezembro de 2015 a estrutura accionista da GNBGA SGPS era constituída pelo Novo Banco, S.A. (89,9872%), Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (10,0043%), Novo Banco dos Açores, S.A. (0,0043%) e BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (0,0043%)

Em 11 de Maio de 2016, no âmbito do contrato de venda pelo Novo Banco, S.A. da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. à Calm Eagle Holdings, SARL, o Novo Banco ficou detentor das ações da GNBGA SGPS detidas pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

Ainda no exercício de 2016 o Novo Banco, S.A. adquiriu igualmente as ações detidas pelo Novo Banco dos Açores, S.A. e Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., passando a deter 100% do capital da Sociedade (31 de Dezembro 2015:89,987%).

## Sociedades Participadas

No âmbito da atividade de gestão de ativos integram a GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A. um conjunto de empresas nacionais e internacionais:



## 1.3 ÓRGÃOS SOCIAIS

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Pedro Queiróz de Barros (Presidente)

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura (Secretário)

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### Durante o ano de 2015, e no ano de 2016, até 31 de Julho

Francisco Ravara Cary (Presidente) (tomada de posse em 1 de Dezembro de 2015)

Fernando Fonseca Cristino Coelho (Vice-Presidente) (renúncia com efeitos em 31/07/16)

Pedro Luís Faria Araújo de Almeida e Costa (renúncia com efeitos em 31/07/16)

João Pedro Corrêa D'Azevedo Guimarães (renúncia com efeitos em 31/07/16)

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (tomada de posse em 1 de Dezembro de 2015)

#### Conselho de Administração atualmente em funções

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos (Presidente) (tomada de posse em 4 Agosto de 2016)

João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira (tomada de posse em 4 Agosto de 2016)

Nuno Manuel Patricio dos Santos (tomada de posse em 12 de Janeiro de 2017)

### CONSELHO FISCAL

#### Durante o ano de 2015, e no ano de 2016, até 31 de Julho

José Manuel Macedo Pereira (Presidente)

Joaquim de Jesus Taveira dos Santos

PricewaterhouseCoopers & Associados - S.R.O.C., Lda. (SROC n.º 183), representada por José Manuel Henriques Bernardo (ROC n.º 903) ou por Aurélio Adriano Rangel Amado (ROC n.º 1074)

Jorge Manuel Santos Costa (ROC n.º 847) (Vogal Suplente)

#### Conselho de Fiscal atualmente em funções (desde 1 de Agosto 2016)

António Joaquim Andrade Gonçalves (Presidente)

Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal Efectivo)

José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal Efectivo)

Sérgio de Sousa Nunes (Vogal Suplente)

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C (ROC n.º 183) representada por José Manuel Henriques Bernardo (ROC n.º 903) ou Carlos Manuel Sim Sim Maia (ROC n.º 1138)

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS SUPLENTE

Jorge Manuel Santos Costa (ROC n.º 847)

## 2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### 2.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O início de 2016 foi marcado por um período de instabilidade e aversão ao risco nos mercados financeiros, sobretudo associado à queda do preço do petróleo e aos sinais de desaceleração da economia da China. As quedas observadas no preço do petróleo e na divisa chinesa geraram pressões deflacionistas globais e movimentos de *risk-off* nos mercados financeiros. Estas preocupações atenuaram-se durante o 1º semestre, com uma recuperação do preço do *crude* e com sinais de estabilização do crescimento da China.

A instabilidade financeira e a aversão ao risco aumentaram de novo no final do 1º semestre, com a decisão do Reino Unido de abandonar a UE. Após uma reacção inicial fortemente negativa, os mercados financeiros voltaram a estabilizar, mas a expectativa de manutenção de taxas de juro baixas por um período de tempo prolongado saiu reforçada, com os principais bancos centrais a acentuarem ou manterem posturas fortemente expansionistas na política monetária. Os juros de mercado acentuaram a tendência descendente observada desde o início do ano e observou-se um achatamento das curvas de rendimentos. A segunda metade do ano trouxe uma alteração na conjuntura económica e nos mercados financeiros. A adopção de políticas monetárias e orçamentais expansionistas traduziu-se gradualmente numa recuperação ou estabilização da procura nas principais áreas económicas, incluindo os EUA, a Europa e a China.

Embora com períodos de incerteza política e de instabilidade financeira, o ano de 2016 ficou marcado por uma relativa estabilidade ao nível do crescimento económico global, que desacelerou apenas marginalmente, de 3.2% para 3.1%. No seu conjunto, as economias desenvolvidas registaram um abrandamento mais visível, de 2.1% para 1.6%, parcialmente compensado pelo desempenho mais estável dos mercados emergentes, que cresceram 4.1%. Apesar da ligeira desaceleração da China, de 6.9% para 6.7%, o conjunto das economias emergentes beneficiou da melhoria da actividade nas economias exportadoras de commodities e da atenuação das recessões em economias como o Brasil e a Rússia. Nos EUA, o PIB cresceu 1.6% em 2016, depois de um registo de 2.6% em 2015. Após um início de ano com um crescimento débil, a actividade económica fortaleceu-se gradualmente, sobretudo suportada pelo consumo privado mas, também, com uma recuperação do investimento no final do ano.

A economia da Zona Euro cresceu 1.7% em 2016, em desaceleração face ao registo de 2% em 2015, mas acima das expectativas e com a actividade a mostrar-se resiliente perante o contexto de incerteza política. A procura interna foi suportada pelos efeitos desfasados da descida dos preços da energia no poder de compra dos consumidores, bem como pela natureza expansionista das políticas monetária e orçamental. A melhoria das condições de financiamento proporcionada pelos estímulos monetários do BCE traduziu-se numa recuperação do crescimento do crédito, não obstante as preocupações com o sistema financeiro em algumas economias da região. A expansão da actividade económica revelou-se, no entanto, insuficiente para gerar pressões inflacionistas relevantes.

### 2.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA – PORTUGAL

Em Portugal, a actividade económica cresceu 1,4% em 2016, abaixo do registo de 1,6% observado em 2015, mas ligeiramente acima das expectativas. A procura interna reduziu o seu contributo para o crescimento, com uma desaceleração no consumo privado, de 2,6% para 2,1%, e com uma queda do investimento, em torno de 1,5%. A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por uma recuperação da confiança e da despesa das famílias, suportada por um aumento do rendimento disponível que, por sua vez, beneficiou da subida das remunerações do trabalho, da redução da carga fiscal e de um ligeiro aumento da criação de

emprego. A actividade económica foi também suportada por uma melhoria das condições de financiamento, sobretudo em resultado da política monetária expansionista levada a cabo pelo BCE. Contudo, restrições associadas aos níveis ainda elevados de endividamento e aos ajustamentos em curso no sector bancário limitaram a expansão do crédito e da procura interna. O défice público deverá ter descido de 4,4% do PIB em 2015 (ou 3%, excluindo one-offs) para um valor em torno de 2,1% do PIB em 2016. A dívida pública manteve-se relativamente estabilizada, em torno de 130% do PIB. Num contexto global de incerteza política, de aumento da inflação e de alguma especulação em torno de uma futura atenuação dos estímulos monetários do BCE, a yield dos títulos de dívida pública portuguesa a 10 anos subiu, no conjunto de 2016, de 2,5% para 3,8%. O respectivo *spread* face à dívida alemã na mesma maturidade alargou-se de 190 para 356 bps em 2016.

### 2.3 EVOLUÇÃO DO MERCADO MOBILIÁRIO

O ano de 2016 acabou por ser positivo para a generalidade dos mercados, apesar da volatilidade e da ocorrência de alguns eventos, à priori considerados como disruptivos.

O início do ano foi dominado pelos receios de um forte abrandamento da economia chinesa, acompanhado por uma forte correção no preço do petróleo. As evidências macro trouxeram alguma acalmia, aliadas a um discurso mais expansionista do BCE, ao alargar o universo do seu programa de QE para dívida privada, permitindo uma recuperação nos ativos de risco e uma forte descida nas *yields* na dívida governamental *core*.

A aproximação da votação relativamente ao *Brexit* foi a variável que dominou o contexto de mercado até ao final do semestre e que terminou com uma inesperada vitória do sim para a saída do Reino Unido da União Europeia e do mercado único.

Apesar de fortemente inesperado e de gerar fortes reações inicialmente negativas de *risk off*, o *Brexit*, com consequências altamente incertas, acabou por não impedir que a segunda metade do ano tivesse sido positiva para a generalidade dos mercados e das geografias. A este contexto de *risk on*, juntaram-se, no último trimestre de 2016, a decisão de cortes na produção de petróleo pela OPEC e o, também inesperado, resultado das eleições Norte Americanas de trouxeram uma vitória tangencial de Donald Trump.

### 2.4 EVOLUÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO PORTUGUÊS

De acordo com os dados disponíveis, no ano de 2016, o investimento realizado em imobiliário ascendeu a 1.254 milhões de euros, um valor 29% inferior ao registado no ano anterior, mas ainda assim um valor bastante elevado, superior ao volume anual registado desde 2008, com excepção de 2015, demonstrando a vitalidade deste mercado.

O sector de escritórios absorveu aproximadamente metade do investimento, cerca de 539 milhões de euros, o que representa 43% do total. O sector de retalho representou 38% do investimento e a componente de outros usos, quase na sua totalidade hotéis, a pesarem 16% do total, com 201 milhões de euros. O sector industrial manteve um baixo volume de investimento, com apenas 38 milhões de euros, totalizando 4% do volume total.

O segmento de escritórios foi aquele que se mostrou mais dinâmico, apesar da redução de 2% face ao ano anterior. Este dinamismo, justificou-se essencialmente pelo volume significativo das operações de investimento registadas e pela entrada de novas empresas sobretudo na zona da Grande Lisboa, com maior dimensão áreas de ocupação.

No segmento de retalho, verificou-se uma contínua actividade ao longo do ano, com a procura, potenciada principalmente pelo crescimento do consumo interno e do turismo em zonas *prime*, a sustentar um ligeiro aumento do preço das rendas e da estabilização das *yields* praticadas.

No que concerne ao segmento industrial e de logística, a evolução mais favorável da economia, ainda não produziu os efeitos positivos significativos, com a recuperação das *yields* a apresentar um ritmo ainda lento. Pelo contrário, no segmento hoteleiro, o crescimento do turismo com origem externa, potenciou o peso deste segmento no investimento total, motivado pelo aumento da oferta, das taxas de ocupação e do preço médio por ocupação praticado.

Em resultado, o mercado imobiliário apresentou um comportamento positivo em 2016, apesar da descida de nível de investimento face ao ano anterior, perspectivando-se para 2017 uma maior estabilização das *yields* associada ao dinamismo da actividade verificado em 2016.

### 3 ATIVIDADE

No final do exercício de 2016, o volume global de ativos sob gestão era de 11.931 milhões de euros, englobando toda a atividade de gestão de ativos desenvolvida pelas sociedades suas participadas (montante excluindo os valores sob gestão nas sociedades participadas em Angola, que se encontram em processo de venda), o que representa uma diminuição de cerca de 15,3% face ao ano anterior.

(milhões de euros)					
	Volume global de ativos sob gestão			Variação	Variação sem Angola <sup>1</sup>
	2014	2015	2016 <sup>1</sup>	2016/2015	2016/2015
Fundos de Investimento Mobiliário	2.709	1.734	1.492	-14,0%	-14,0%
Fundos de Investimento Imobiliário	2.502	2.094	1.406	-32,8%	8,2%
Fundos de Pensões	2.246	2.221	2.110	-5,0%	-3,5%
Gestão Discricionária	3.286	8.038	6.923	-13,9%	-13,9%
<b>Total:</b>	<b>10.743</b>	<b>14.088</b>	<b>11.931</b>	<b>-15,3%</b>	<b>-10,0%</b>

<sup>1</sup> Não inclui ativos sob gestão nas participadas (em venda) em Angola

A diminuição de ativos sob gestão verificou-se nas várias tipologias de produtos e serviços oferecidos pelas empresas pertencentes ao grupo GNB Gestão de Ativos, tendo-se durante o exercício de 2016 prosseguido a reestruturação da oferta de produtos, com o objetivo de simplificação da mesma.

(milhões de euros)				
	Volume global de ativos sob gestão		Variação	Variação sem Angola <sup>1</sup>
	2015	2016 <sup>1</sup>	2016/2015	2016/2015
Atividade Doméstica	11.342	10.379	-8,5%	-8,5%
Atividade Internacional	2.746	1.553	-43,4%	
<b>Total:</b>	<b>14.088</b>	<b>11.932</b>	<b>-15,3%</b>	<b>-100,0%</b>

<sup>1</sup> Não inclui ativos sob gestão nas participadas (em venda) em Angola

A nível internacional, a atividade representava no final de 2016 cerca de 13% do total de ativos sob gestão (19% no ano anterior), representando a actividade em Espanha cerca de 50% do total de ativos sob gestão da componente internacional.

De relevar ainda que em durante o ano de 2016 a GNBGA SGPS procedeu à dissolução da GNB Participações Internacionais, SGPS, S.A., enquadrado no plano de simplificação da estrutura de empresas que compõem o grupo.

#### 3.1 ATIVIDADE NACIONAL

A atividade da GNBGA SGPS em Portugal apresentou, em termos consolidados, um total de ativos sob gestão de cerca de 10.297 milhões de euros, o que representa um decréscimo de

cerca 9% face ao ano anterior. O volume de ativos sob gestão está distribuído pelas atividades de gestão de fundos mobiliários, imobiliários, pensões e carteiras de gestão discricionária.

### FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO

O ano de 2016 ficou marcado pela diminuição do total de ativos sob gestão no mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário, tendo este registado um decréscimo de 8% face ao ano de 2015. Globalmente, os volumes sob gestão passaram de 11.962 milhões de euros em finais de 2015 para 11.101 milhões de euros em finais de 2016.

Ao nível da categoria de fundos, é de destacar o aumento de ativos sob gestão nos Fundos de Curto Prazo Euro (+408 milhões de euros) por contrapartida dos Fundos Mercado Monetário (-495 milhões de euros). Nota de realce também para os Fundos PPR onde os ativos sob gestão cresceram mais de 11% para os 1.537 milhões de euros.

As categorias de fundos que têm um maior peso no total dos ativos sob gestão são os seguintes:

Categoria	(milhões de euros)	
	Volumes Sob Gestão	Quota
F. Multi-Activos Defensivos	1.577	14,2%
Fundos PPR	1.537	13,8%
Fundos de Curto Prazo Euro	1.315	11,8%
F. Mercado Monetário Euro	1.278	11,5%
F. Obrigações Taxa Indexada Euro	751	6,8%

A GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (GNB FIM), apresentava em 31 de dezembro de 2016 um volume sob gestão de 303 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de 15% relativamente ao ano anterior.

Além de uma diminuição de volumes em linha com a tendência verificada na indústria em Portugal, esta redução foi também causada pela continuação do processo de reestruturação da oferta que se traduziu em 2016 pela liquidação de um fundo - NB África - e dois processos de fusão: um primeiro processo fusão em que o NB Estratégia Ativa que incorporou o NB Estratégia Ativa II, o NB Plano Prudente, NB Plano Crescimento e NB Plano Dinâmico e um segundo processo de fusão em que o NB Mercados Emergentes que incorporou o NB Brasil.

A repartição por categoria de fundo sob gestão por esta Sociedade Gestora no final do ano de 2016 era a seguinte:

	(milhões de euros)
	31-12-2016
Fundos de Obrigações	95,99
Fundos de Ações	66,80
Fundos Poupança	14,88
Fundos Flexíveis	50,17
Fundos Alternativos	75,48

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade detinha uma quota de mercado de 2,7%, tendo passado da 7ª para a 6ª posição no ranking das Sociedades Gestoras do mercado nacional.

A GNB FIM apresentou um resultado líquido negativo de 1 683 milhares de euros, o que reflete um decréscimo face ao ano homólogo (2015: 1 494 milhares de euros), explicado, sobretudo, pela redução do produto bancário, nomeadamente pela quebra nas comissões líquidas

auferidas (-50,82%), devido essencialmente ao nível de resgates verificados e à redução temporária das comissões de gestão aplicadas a alguns fundos. Por seu lado os custos operativos (3 615 milhões de euros) registaram um acréscimo de 3,93%, sobretudo na componente de custos com pessoal, refletindo os custos inerentes ao processo de reestruturação em curso.

### FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 31 de dezembro de 2016, o mercado nacional de Fundos de Investimento Imobiliário apresentou uma redução de 6,1% face ao início do ano, passando de 11.210 milhões de euros para 10.529 milhões de euros de ativos sob gestão.

No final de 2016, estes ativos estavam distribuídos por 233 fundos de investimento, com a seguinte configuração:

(milhões de euros)		
	nº	montante
Fundos Abertos	17	3.951
Fundos Fechados	216	6.578
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>10.529</b>

O volume sob gestão dos fundos de investimento imobiliário geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (GNB FII) atingiu em 31 de dezembro de 2016 um montante de cerca de 1.406 milhões de euros, representando um crescimento de 8,3% face ao ano anterior. Com uma quota de mercado de 13,4%, a GNB FII ocupava a 1ª posição no ranking das sociedades gestoras do mercado português.

O aumento dos ativos sob gestão resulta maioritariamente da transferência da gestão de 2 fundos imobiliários fechados, o Fimes Oriente e o Invesfundo VII com 276 e 27 milhões de euros respetivamente no final do ano. O crescimento de ativos sob gestão neste segmento foi assim de 62%, correspondendo no total a 624 milhões de euros repartidos por 28 fundos.

No que concerne aos fundos imobiliários abertos a tendência de diminuição de ativos sob gestão manteve-se, com uma redução de 14,3% em 2016. A Sociedade Gestora mantém a gestão de 5 fundos abertos que totalizam 782 milhões de euros.

Assim, a Sociedade detinha, no final de 2016, 33 fundos de investimento sob gestão, com a seguinte distribuição:

(milhões de euros)		
	nº	montante
Fundos Abertos	5	782
Fundos Fechados	28	624
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>1.406</b>

Percentagem face ao mercado

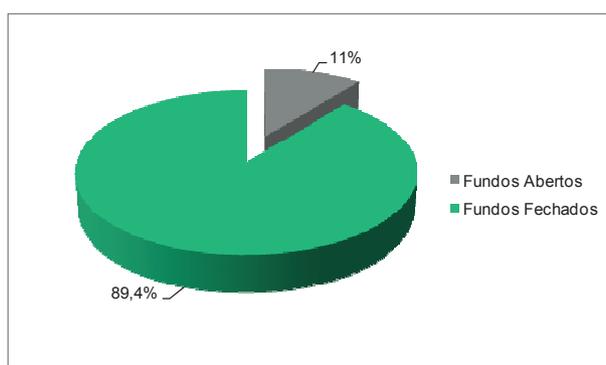
	nº	montante
Fundos Abertos	29,4%	19,8%
Fundos Fechados	13,0%	9,5%
<b>Total</b>	<b>14,2%</b>	<b>13,4%</b>

A GNB FII apresentou um resultado líquido de 2 269 milhares de euros, o que reflete um decréscimo face ao ano homólogo de 48,72% (2015: 4 424 milhares de euros).

A evolução do resultado obtido, face ao ano anterior, justifica-se essencialmente pela redução dos proveitos com serviço a clientes (-11,13%) decorrente, entre outros, ao nível de resgates verificado no ano apenas compensada no 4º trimestre com o início da gestão de 2 novos fundos e, pelo facto de ter sido constituída uma provisão relacionada com uma contingência no âmbito da actividade de um Fundo de Investimento imobiliário sob gestão.

## FUNDOS DE PENSÕES

O ano de 2016 ficou marcado por um ligeiro aumento dos montantes sob gestão no mercado nacional de Fundos de Pensões, tendo este registado um acréscimo de 1,2% face ao ano de 2015. Globalmente, os volumes sob gestão passaram de 18.163 milhões de euros em finais de 2015 para 18.471 milhões de euros em finais de 2016.



A GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. (GNB FP) detinha no final do exercício de 2016 uma quota de mercado de 10,9%, sendo que os ativos sob gestão da Sociedade atingiram os 2.010 milhões de euros representando uma diminuição de cerca 3% face ao ano anterior.

Esta diminuição resulta de um conjunto de fatores de que se destacam a extinção de 2 fundos de pensões resultantes da extinção dos Associados dos fundos, e a transferência da gestão de 3 fundos fechados para outras sociedades gestoras.

Importante destacar pela positiva, a constituição de um novo fundo de pensões fechado e o aumento de subscrições líquidas em 2 fundos de pensões abertos: o FP PPR Vintage e o FP Multireforma Capital Garantido que cresceram 6,5% e 7,7% respetivamente.

Os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade eram representados, no final do exercício de 2016, por 8 Fundos de Pensões Abertos e 16 Fundos de Pensões Fechados, com a seguinte distribuição de volumes:

	(milhões de euros)
	<b>31-12-2016</b>
Fundos de Pensões Abertos	247
Fundos Fechados	1.762

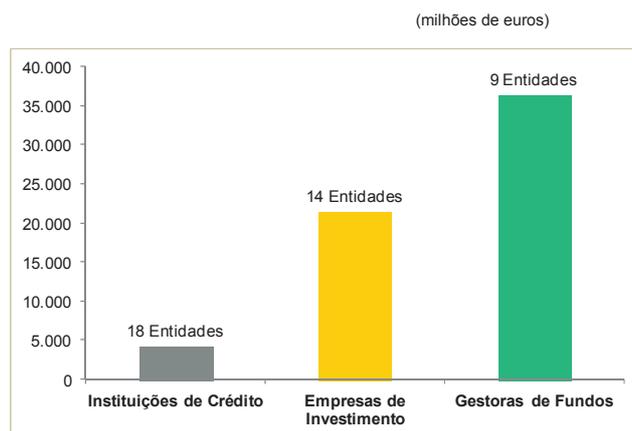
Os resultados no final do exercício de 2016 apresentaram uma evolução positiva, devido essencialmente ao aumento das comissões cobradas e redução dos custos operacionais. Neste contexto, a GNB FP apresentou um resultado líquido de 2 488 milhares de euros, o que reflete um aumento face ao ano homólogo de 28,71% (2015: 1 933 milhares de euros). A evolução do resultado obtido, face ao ano anterior, explica-se pelo aumento do Produto Bancário (4,29%), essencialmente por vida do aumento de comissões de resgate, e pela redução dos Custos Operativos (2 556 milhões de euros) que registaram um decréscimo de

17,71%, sobretudo nas componentes de gastos gerais administrativos e custos com o pessoal, refletindo o esforço contínuo de redução e contenção de custos.

### GESTÃO DISCRICIONÁRIA

O ano de 2016 ficou marcado pela diminuição dos montantes sob gestão no mercado nacional de gestão individual de ativos, tendo este registado um decréscimo de 5,5% face ao ano de 2015. Globalmente, os volumes sob gestão passaram de 65.561 milhões de euros em finais de 2015 para 61.945 milhões de euros em finais de 2016.

No final do ano, o mercado português apresentava a seguinte configuração:



Em 2016 registou-se uma redução dos ativos sob gestão da GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (GNB GP) em cerca de 970 milhões de euros (-12,7%), sendo que uma parte substancial desta resultou de uma diminuição dos activos sob gestão para um cliente institucional do setor segurador.

O total de ativos sob gestão é atualmente 6.659 milhões de euros, com a Sociedade a deter uma quota de mercado de cerca de 10,8%.

Os resultados no final do exercício de 2016 apresentaram uma tendência positiva sendo que o resultado líquido foi de 2 664 milhares de euros, reflectindo um acréscimo face ao ano homólogo de 2,88% (2015: 2 589 milhares de euros). A evolução do resultado obtido, apesar da redução do Produto Bancário, resultou principalmente da redução dos custos operativos (-9,53%).

### 3.2 ATIVIDADE INTERNACIONAL

A presença da GNBGA SGPS a nível internacional é efetuada, nomeadamente, através das suas participadas GNB - International Management S.A. (Luxemburgo), Novo Activos Financieros España, S.A. (Espanha), Económico – Fondos de Investimentos, SGFI, S.A. (Angola) e Económico – Fondos de Pensões – SGFP, S.A. (Angola).

De referir ainda a ESIAM - International Management S.A. que não regista atividade desde 2004.

#### LUXEMBURGO

A atividade no Luxemburgo é exercida através da GNB - International Management S.A.

No final de 2016 esta sociedade apresentava um volume sob gestão de 503,6 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 5% relativamente ao ano anterior. Isto é explicado pela decisão da Sociedade em abdicar da licença para gerir Fundos de Investimento Alternativos. A saída desta tipologia de fundos traduziu-se na redução de 56,8 milhões de euros de ativos sob gestão. Se se excluir este efeito os ativos sob gestão crescem 6,5%, num montante de cerca de 30 milhões de euros.

Durante o ano de 2016 foi efectuada, no âmbito do FCP – Fonds Commun de Placement - NB Fund, a liquidação de 2 fundos, o NB Africa e o NB Emerging Markets, e a fusão entre os fundos NB Eurobond e o NB Global Bond.

No final da 2016, a sociedade tinha sob gestão, para além daquele FCP – Fonds Commun de Placement (NB Fund), um SICAV harmonizado, o Lux Global Fund.

## ESPAÑA

Em Espanha, a atividade da GNBGA SGPS é representada pela Novo Activos Financieros España, S.A., sociedade que é detentora a 100% do capital de duas sociedades gestoras - NOVO BANCO Pensiones, SGFP, S.A. – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões e NOVO BANCO Gestion, SGIIC, S.A. – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento.

Até 30 de junho de 2016 a GNBGA SGPS detinha 50% do capital da Novo Activos Financieros España, S.A., tendo naquela data adquirido ao Novo Banco, sucursal Espanha os restantes 50% do capital social, passando, assim, a ser detentora de 100% do capital.

O volume total de ativos sob gestão, para as atividades de gestão de Fundos Mobiliários, Fundos de Pensões e Gestão Discricionária (SICAV's e carteiras), atingiu 1.049 milhões de euros no final de 2016, distribuídos da seguinte forma:

	(milhões de euros)
	<b>31-12-2016</b>
Fundos de Investimento Mobiliário	685
Fundos de Pensões	100
Gestão Discricionária (Carteiras e SICAV's)	264

## ANGOLA

A GNBGA SGPS está presente em Angola na gestão de fundos de investimento e de fundos de pensões, através de duas sociedades constituídas em conjunto com o Banco Económico - a Económico – Fundos de Investimentos, SGFI, S.A., e a Económico – Fundos de Pensões – SGFP, SA -, nas quais participa em 35% do capital. A Económico – Fundos de Investimentos, SGFI, S.A., gere atualmente dois fundos imobiliários que no final de 2016 representavam no seu conjunto cerca de 479 milhões de euros. A Económico – Fundos de Pensões – SGFP, SA., tem sob sua gestão cinco fundos de pensões que, em 31/12/2016, representavam cerca de 30 milhões de euros. Esta participação está em processo de venda.

## 4 RECURSOS HUMANOS

As sociedades participadas do Grupo GNBGA funcionam de forma integrada, partilhando a mesma estrutura organizativa e colaboradores, sem prejuízo da necessária segregação e/ou independência exigível às diferentes actividades e/ou áreas funcionais.

Neste âmbito, prosseguiu-se continuamente a implementação de uma cultura de excelência e de desenvolvimento de todos os Colaboradores, com empenho na prossecução dos objetivos das suas áreas de negócio por forma a garantir a valorização de todos os que nela trabalham.

A 31 de Dezembro de 2016 a equipa é constituída por 93 colaboradores (2015:78), e tem uma estrutura etária jovem (61% encontra-se abaixo dos 46 anos de idade), ainda que com relevante experiência na empresa e no negócio, fruto da respectiva antiguidade no sector. O acréscimo do número de colaboradores face a 2015 resulta tão-somente da integração durante o mês de Junho da equipa de Back-Office que se encontrava cedida e cujos serviços estavam subcontratados.

## DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

A GNBGA, apesar de cerca de 90% dos seus Colaboradores ter formação académica superior, mantém um forte empenho na formação dos seus quadros, procurando assegurar uma actualização constante dos conhecimentos específicos e das ferramentas profissionais adequadas à actividade.

Por outro lado, a GNBGA continua a privilegiar o equilíbrio e a valorização da relação entre o trabalho e a família, tendo prosseguido a sua política de concessão de apoios sociais a filhos em idade escolar e/ou com necessidades especiais.

## 5 ANÁLISE FINANCEIRA

### 5.1 CONTAS CONSOLIDADAS

Os resultados no final do exercício de 2016 foram condicionados pela conjuntura de incerteza associada ao processo de venda do Novo Banco, SA. Neste contexto, a GNBGA SGPS apresentou um resultado líquido consolidado de 8 615 milhares de euros, o que reflecte um decréscimo face ao ano homólogo de 44,37% (2015: 15 487 milhares de euros)

A evolução do resultado obtido, face ao ano anterior, explica-se sobretudo pela redução do produto bancário, nomeadamente pela quebra nas comissões líquidas auferidas (-5,53%), devido à contracção da actividade em algumas áreas de negócio, nomeadamente nos fundos de investimento mobiliário, bem como pela redução do resultado em operações financeiras.

Os custos operativos (13 255 milhões de euros), registaram um pequeno agravamento, sobretudo na componente de custos com pessoal, refletindo os custos inerentes ao processo de reestruturação em curso (2015: 12 059 milhares de euros). Sem este efeito os custos seriam de 11 903 milhares de euros, ou seja, -1,3% que em 2015.

De relevar, ainda, que a contribuição da actividade internacional durante o ano de 2016 também decresceu face aos valores observados no exercício anterior devido à redução dos volumes sob gestão.

No ano de 2016, o *Cost to Income* (48,69%) registou uma evolução desfavorável face ao final do ano anterior (2015: 38,81%) explicada, sobretudo, pela redução do Produto Bancário acima referida, continuando, no entanto, a traduzir um bom nível de eficiência operacional.

No que respeita à rentabilidade dos capitais próprios (ROE<sup>1</sup>), para além da redução significativa dos resultados, realizou-se, simultaneamente em 2016, uma distribuição de reservas livres, tendo por isso a sociedade registado uma redução no valor do ROE, que se situou nos 8,67% (2015: 11,39%).

<sup>1</sup> ROE = (Resultado do Exercício) / (Capital Próprio médio, excluindo Resultado do Exercício)

	(milhares de euros)		
	2016	2015	Variação
<b>Balço</b>			
Activo	71 828	162 061	-55.67%
Capital Próprio	57 241	150 158	-61.88%
<b>Conta de Exploração</b>			
Resultados Financeiro	200	471	-57.52%
+ Serviço a clientes	27 107	28 693	-5.53%
+ Rendimentos de Instrumento de capital	37	0	-
+ Resultados de operações financeiras e diversos	- 269	1 415	-118.99%
= Produto Bancário	27 076	30 579	-11.45%
- Custos Operativos	13 255	12 059	9.92%
+ Resultados de participações em associadas e empreendimentos	145	494	-70.66%
- Provisões, Imparidades e Impostos	5 351	3 518	52.11%
= Resultados antes de interesses minoritários	8 615	15 496	-44.40%
- Interesses que não controlam	0	9	-100.00%
<b>= Resultados do Exercício</b>	<b>8 615</b>	<b>15 487</b>	<b>-44.37%</b>
<b>Indicadores de Eficiência</b>			
Cost to Income (%)	48.69%	38.81%	25.47%
<b>Indicadores de Rendibilidade</b>			
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%) <sup>1</sup>	8.67%	11.39%	-23.87%

## 5.2 CONTAS INDIVIDUAIS

No final do exercício de 2016, a sociedade apresentou em base individual um resultado de 21 460 milhares de euros, o que reflete um decréscimo face ao ano homólogo, explicado principalmente pelo aumento das imparidades registadas na participação detida na Novo Activos Financieros España, S.A. na sequência da distribuição de dividendos e redução de capital que esta sociedade levou a cabo em 2016.

A variação positiva do produto bancário (38,48%) resulta, nomeadamente, dos dividendos recebidos e da dissolução da GNB Participações Internacionais, SGPS, SA, com liquidação e partilha imediata dos seus bens.

No ano de 2016, o *Cost to Income* (7,72%) registou uma evolução favorável face ao final do ano anterior (2015: 9,85%) explicada pela evolução favorável do produto bancário.

	(milhares de euros)		
	2016	2015	Variação
<b>Balço</b>			
Activo	43 132	121 949	-64.63%
Capital Próprio	42 140	120 680	-65.08%
<b>Conta de Exploração</b>			
Resultados Financeiro	17	16	6.25%
+ Serviço a clientes	1 011	1 350	-25.11%
+ Resultados de operações financeiras e diversos	40 697	28 765	41.48%
= Produto Bancário	41 725	30 131	38.48%
- Custos Operativos	3 221	2 969	8.50%
- Provisões, Imparidades e Impostos	17 044	685	2389.70%
<b>= Resultados do Exercício</b>	<b>21 460</b>	<b>26 477</b>	<b>-18.95%</b>
<b>Indicadores de Eficiência</b>			
Cost to Income (%)	7.72%	9.85%	-21.65%
<b>Indicadores de Rendibilidade</b>			
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%) <sup>2</sup>	30.36%	28.03%	8.31%

<sup>2</sup> ROE = (Resultado do Exercício / (Capital Próprio médio, excluindo Resultado do Exercício))

## 6 PROPOSTA DE RESULTADOS

O Resultado líquido individual do exercício de 2016 foi de 21.459.513,35 Euros, para o qual e nos termos da alínea f) do nº5 do art.º 66º e para os efeitos da alínea b) do nº1 do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe a seguinte aplicação:

- a) 10.500.000,00 Euros para distribuição aos Acionistas.
- b) 10.959.513,35 Euros para Reservas Livres

## 7 NOTAS FINAIS

O Conselho de Administração deseja agradecer a todos os que contribuíram para o desenvolvimento GNB - Gestão de Ativos, SGPS, SA e das sociedades suas participadas, nomeadamente a todos os nossos Clientes pela manutenção da sua confiança na nossa gestão, às Entidades Comercializadoras pela forma como vêm concretizando as tarefas inerentes às funções que lhes estão cometidas, a todos os Colaboradores pelo elevado sentido profissional, dedicação, lealdade e capacidade na preservação de valor que permitiu manter a continuidade de um serviço de qualidade e competência, bem como ao Novo Banco, às entidades de supervisão, órgãos sociais e demais stakeholders por toda a colaboração e confiança em nós depositada.

Lisboa, 20 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos

João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira

Nuno Manuel Patricio dos Santos

## II DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

## 1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	6	200 226	541 602
Juros e encargos similares	6	( 115)	( 71 079)
<b>Margem financeira</b>	<b>6</b>	<b>200 111</b>	<b>470 523</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	7	37 377	273
Rendimentos de serviços e comissões	8	35 391 050	35 829 763
Encargos com serviços e comissões	8	(8 283 919)	(7 136 510)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	13	17 219	1 243 047
Resultados de alienação de outros activos		213	561
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados		( 33 800)	-
Resultados de reavaliação cambial		( 22 901)	( 127 180)
Outros resultados de exploração	9	( 229 148)	298 707
<b>Produto Bancário</b>		<b>27 076 202</b>	<b>30 579 184</b>
Custos com pessoal	10	(7 206 066)	(5 864 705)
Gastos gerais administrativos	12	(5 836 001)	(6 021 847)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	( 212 695)	( 172 317)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	(1 036 106)	1 848 117
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20 e 21	( 473 926)	( 444 630)
Resultados de associadas (equivalência patrimonial)	20	144 608	493 021
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>12 456 016</b>	<b>20 416 823</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	23	(4 292 610)	(4 790 906)
Diferidos	23	452 048	( 130 188)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>8 615 454</b>	<b>15 495 729</b>
Atribuível aos accionistas da Sociedade	14	8 615 454	15 486 885
Atribuível aos interesses que não controlam	25	-	8 844
		<b>8 615 454</b>	<b>15 495 729</b>
Resultados por acção básicos	14	3,67	6,59
Resultados por acção diluídos	14	3,67	6,59

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado líquido do exercício	8 615 454	15 495 729
Outro rendimento integral		
Itens que não serão reclassificados para resultados		
Desvios actuariais dos fundos de pensões	( 949 268)	(1 121 712)
Impostos diferidos	( 20 699)	( 71 180)
	<u>( 969 967)</u>	<u>(1 192 892)</u>
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas do exercício	22 879	(2 096 088)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	17 219	1 243 047
Impostos diferidos	( 9 022)	210 877
	<u>31 076</u>	<u>( 642 164)</u>
	<u>( 938 891)</u>	<u>( 1 835 056)</u>
<b>Rendimento integral reconhecido no exercício</b>	<b><u>7 676 563</u></b>	<b><u>13 660 673</u></b>
Atribuível aos accionistas da Sociedade	7 676 563	13 651 829
Atribuível aos interesses que não controlam	-	8 844
	<u><b>7 676 563</b></u>	<u><b>13 660 673</b></u>

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2016	31.12.2015
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido
<b>Activo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		13 012	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	28 721 905	28 721 905
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		1 013 200	1 013 200
Activos financeiros disponíveis para venda	16	5 429 129	5 429 129
Aplicações em instituições de crédito	17	15 417 532	15 417 532
Outros ativos tangíveis	18	4 590 523	4 394 813
Activos intangíveis	19	10 517 666	4 275 195
Investimentos em associadas	20	3 368 539	4 200
Activos por impostos correntes	23	93 916	93 916
Activos por impostos diferidos	23	2 502 200	2 502 200
Outros activos	21	11 273 604	2 439 217
<b>Total de Activo</b>		<b>82 941 226</b>	<b>11 113 425</b>
<b>Passivo</b>			
Provisões	22		3 098 398
Passivos por impostos correntes	23		3 107 952
Passivos por impostos diferidos	23		32 700
Outros passivos	24		8 347 904
<b>Total de Passivo</b>			<b>14 586 954</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	25		11 750 000
Reservas de justo valor	25		103 757
Outras reservas e resultados transitados	25		36 771 636
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Sociedade			8 615 454
<b>Total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade</b>			<b>57 240 847</b>
Interesses que não controlam	25		-
<b>Total de Capital Próprio</b>			<b>57 240 847</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>			<b>71 827 801</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

## GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	11 750 000	714 845	103 740 401	21 142 669	137 347 915	13 401	137 361 316
Rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral	-	-	(1 121 712)	-	(1 121 712)	-	(1 121 712)
Desvios actuariais dos fundos de pensões	-	-	(71 180)	-	(71 180)	-	(71 180)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(853 041)	-	-	(853 041)	-	(853 041)
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	210 877	-	-	210 877	-	210 877
Impostos diferidos	-	-	-	15 486 885	15 486 885	8 844	15 495 729
Resultado líquido do exercício	-	(642 164)	(1 192 892)	15 486 885	13 651 829	8 844	13 660 673
<b>Total do rendimento integral reconhecido no exercício</b>	-	-	-	(21 142 669)	(518 544)	-	(518 544)
Incorporação em reservas do resultado líquido do ano anterior	-	-	(323 375)	-	(323 375)	-	(323 375)
Diferença cambial	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(11 527)	(11 527)
Outras variações em interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	11 750 000	72 681	122 848 259	15 486 885	150 157 825	10 718	150 168 543
Rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-
Outro rendimento integral	-	-	(949 268)	-	(949 268)	-	(949 268)
Desvios actuariais dos fundos de pensões	-	-	(20 699)	-	(20 699)	-	(20 699)
Impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	40 098	-	-	40 098	-	40 098
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(9 022)	-	-	(9 022)	-	(9 022)
Impostos diferidos	-	-	-	8 615 454	8 615 454	-	8 615 454
Resultado líquido do exercício	-	31 076	(969 967)	8 615 454	7 676 563	-	7 676 563
<b>Total do rendimento integral reconhecido no exercício</b>	-	-	-	(15 486 885)	(100 000 000)	-	(100 000 000)
Incorporação em reservas do resultado líquido do ano anterior	-	-	(300 856)	-	(300 856)	-	(300 856)
Distribuição de dividendos	-	-	(120 333)	-	(120 333)	-	(120 333)
Diferença cambial	-	-	(174 163)	-	(174 163)	-	(174 163)
Outros movimentos	-	-	1 811	-	1 811	(10 718)	(8 907)
Reservas de imposto diferido NAFE	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações em interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	11 750 000	103 757	36 771 636	8 615 454	57 240 847	-	57 240 847

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Montantes expressos em euros)

Notas	2016	2015
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Juros e proveitos recebidos	239 907	526 264
Juros e custos pagos	-	( 55)
Serviços e comissões recebidos	37 160 125	41 011 236
Serviços e comissões pagos	( 7 362 215)	( 8 105 745)
Recebimentos de clientes	2 756 458	4 991 162
Pagamentos a fornecedores	( 9 324 581)	( 10 065 004)
Pagamentos a empregados	( 7 040 336)	( 5 669 742)
	<b>16 429 358</b>	<b>22 688 116</b>
Aplicações em instituições de crédito	-	( 11 500 000)
Outros activos e passivos operacionais	28 001 502	56 022 056
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>	<b>44 430 860</b>	<b>67 210 172</b>
Impostos sobre os lucros (pagos) / recebidos	( 6 105 544)	( 3 582 004)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>38 325 316</b>	<b>63 628 168</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Dividendos recebidos	39 809	273
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	( 6 248 349)	1 272 048
Aquisição de imobilizações	( 220 768)	-
Alienação de imobilizações	234	960
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	( 1 013 200)	-
Compra / Venda de Activos Financeiros disponíveis para venda	( 34 800)	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>	<b>( 7 477 074)</b>	<b>1 273 281</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	( 100 008 905)	3 180 439
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>	<b>( 100 008 905)</b>	<b>3 180 439</b>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	( 32 050)	( 34 023)
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>	<b>( 69 192 713)</b>	<b>68 047 865</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>	<b>97 927 631</b>	<b>29 879 766</b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>	<b>28 734 918</b>	<b>97 927 631</b>
	<b>( 69 192 713)</b>	<b>68 047 865</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>		
Caixa	13 012	1 000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	97 926 631
	<b>28 734 918</b>	<b>97 927 631</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

## 2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

### GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2016	2015
Juros e rendimentos similares	6	16 683	15 470
Juros e encargos similares	6	( 37)	( 55)
<b>Margem financeira</b>		<b>16 646</b>	<b>15 415</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	7	34 648 626	26 632 102
Rendimentos de serviços e comissões	8	1 011 852	1 351 124
Encargos com serviços e comissões	8	( 962)	( 1 251)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	13	-	1 224 694
Resultados de alienação de outros activos		93	561
Resultados cambiais		( 150)	-
Outros resultados de exploração	9	6 048 810	908 496
<b>Produto Bancário</b>		<b>41 724 915</b>	<b>30 131 141</b>
Custos com pessoal	10	(1 357 498)	(1 083 278)
Gastos gerais administrativos	12	(1 750 722)	(1 754 209)
Depreciações e amortizações	18 e 19	( 112 676)	( 131 070)
Provisões líquidas de reposições e anulações	22	( 18 737)	( 187 000)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	(17 566 606)	( 437 327)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>20 918 676</b>	<b>26 538 257</b>
<b>Impostos</b>			
Correntes	23	( 26 327)	( 60 831)
Diferidos	23	567 164	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>21 459 513</b>	<b>26 477 426</b>
Resultados por acção básicos (em euros)	14	9,13	11,27
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	9,13	11,27

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2016	2015
Resultado líquido do exercício		21 459 513	26 477 426
Outro rendimento integral			
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	22	-	( 655 545)
Impostos diferidos	22	-	160 615
		-	( 494 930)
<b>Rendimento integral reconhecido no exercício</b>		<b>21 459 513</b>	<b>25 982 496</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.12.2016		31.12.2015	
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		500		500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	6 029 995		6 029 995	78 339 697
Activos financeiros disponíveis para venda	16	15 067		15 067	15 067
Outros activos tangíveis	18	2 404 338	2 280 900	123 438	221 546
Ativos intangíveis	19	1 837 780	1 809 634	28 146	42 714
Investimentos em subsidiárias e associadas	20	68 949 642	36 069 414	32 880 228	39 038 687
Ativos por impostos correntes	23	14 873		14 873	511 036
Ativos por impostos diferidos	23	567 164		567 164	-
Outros activos	21	3 731 474	258 514	3 472 960	3 779 947
<b>Total de Activo</b>		<b>83 550 833</b>	<b>40 418 462</b>	<b>43 132 371</b>	<b>121 949 194</b>
<b>Passivo</b>					
Provisões	22			323 252	304 515
Passivos por impostos correntes	23			18 170	-
Outros passivos	24			651 077	964 320
<b>Total de Passivo</b>				<b>992 499</b>	<b>1 268 835</b>
<b>Capital Próprio</b>					
Capital	25			11 750 000	11 750 000
Outras reservas e resultados transitados	25			8 930 359	82 452 933
Resultado líquido do exercício				21 459 513	26 477 426
<b>Total de Capital Próprio</b>				<b>42 139 872</b>	<b>120 680 359</b>
<b>Total de Passivo e Capital Próprio</b>				<b>43 132 371</b>	<b>121 949 194</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.****DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2015</b>	<b>94 697 863</b>	<b>11 750 000</b>	<b>2 350 000</b>	<b>494 930</b>	<b>67 029 560</b>	<b>13 073 373</b>	-
Outro rendimento integral							
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	( 655 545)	-	-	( 655 545)	-	-	-
Impostos diferidos	160 615	-	-	160 615	-	-	-
Resultado líquido do exercício	26 477 426	-	-	-	-	26 477 426	-
Total de rendimento integral	25 982 496	-	-	( 494 930)	-	26 477 426	-
Aplicação do resultado do exercício de 2014	-	-	-	-	13 073 373	(13 073 373)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>120 680 359</b>	<b>11 750 000</b>	<b>2 350 000</b>	<b>-</b>	<b>80 102 933</b>	<b>26 477 426</b>	<b>-</b>
Outro rendimento integral							
Resultado líquido do exercício	21 459 513	-	-	-	-	21 459 513	-
Total de rendimento integral	21 459 513	-	-	-	-	21 459 513	-
Aplicação do resultado do exercício de 2015	-	-	-	-	26 477 426	(26 477 426)	-
Distribuição de dividendos	(100 000 000)	-	-	-	(100 000 000)	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>42 139 872</b>	<b>11 750 000</b>	<b>2 350 000</b>	<b>-</b>	<b>6 580 359</b>	<b>21 459 513</b>	<b>-</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

**GNB - GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Montantes expressos em euros)

Notas	2016	2015
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Juros e proveitos recebidos	26 029	15 616
Juros e custos pagos	-	( 55)
Serviços e comissões recebidos	1 569 750	1 900 406
Recebimentos de clientes	544 312	624 027
Pagamentos a fornecedores	( 1 969 816)	( 1 832 459)
Pagamentos a empregados	( 1 311 946)	( 1 062 505)
	<b>( 1 141 671)</b>	<b>( 354 970)</b>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>		
Outros activos e passivos operacionais	( 95 910)	51 621 511
	<b>( 1 237 581)</b>	<b>51 266 541</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		
Impostos sobre os lucros (pagos) / recebidos	525 054	( 6 105)
	<b>( 712 527)</b>	<b>51 260 436</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Dividendos recebidos	34 651 059	26 632 029
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	( 6 248 349)	334 017
Alienação de imobilizações	115	850
	<b>28 402 825</b>	<b>26 966 896</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	( 100 000 000)	-
	<b>( 100 000 000)</b>	<b>-</b>
<b>Varição líquida em caixa e seus equivalentes</b>		
	<b>( 72 309 702)</b>	<b>( 78 227 332)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do exercício</b>		
	78 340 197	112 865
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>		
	6 030 495	78 340 197
	<b>( 72 309 702)</b>	<b>78 227 332</b>
<b>Caixa e equivalentes engloba:</b>		
Caixa	500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 6 029 995	78 339 697
Aplicações de muito curto prazo	13 -	-
	<b>6 030 495</b>	<b>78 340 197</b>

O Contabilista Certificado

A Administração

### 3 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

#### NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (GNBGA SGPS) foi constituída por escritura pública de 3 de dezembro de 1992, sob a forma de sociedade anónima, tendo também por escritura pública de 16 de abril de 1993 alterado o seu capital de 50 milhares de contos para 2 350 milhares de contos.

Em cumprimento com o Decreto-Lei nº 343/98, de 6 de novembro, procedeu-se em 31 de maio de 1999 à redenominação do capital social para 11 750 000 euros que, não alterando o número de ações emitidas, exigiu um ajustamento no capital de 28 249 euros, efetuado por incorporação de parte da reserva legal.

A Sociedade tem por objeto único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de dezembro e 24 de dezembro, respetivamente. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que participe e pode adquirir participações em qualquer sociedade.

As empresas participadas pela GNBGA SGPS têm por objeto genérico a gestão de fundos mobiliários nacionais e internacionais, imobiliários, de pensões, bem como a gestão personalizada discricionária de carteiras de investimento, por conta de terceiros e a prestação de serviços de consultoria e de gestão a sociedades nacionais e estrangeiras.

De acordo com o regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras, as sociedades gestoras de fundos de investimento, quer mobiliários quer imobiliários, e de patrimónios são classificadas como sociedades financeiras e estão sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões cabe a supervisão das sociedades gestoras de fundos de pensões. A GNBGA SGPS, na qualidade de gestora de participações sociais, e enquanto detentora da maioria dos direitos de voto em uma ou mais sociedades financeiras encontra-se, de acordo com o referido regime geral, igualmente sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

A estrutura do grupo de empresas nas quais a GNBGA SGPS detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, em 2016 e 2015, apresenta-se como segue:

A **GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (GNB FII)** (antes designada ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.) (GNB FII) constituída em 24 de março de 1992, com sede em Lisboa, tem como objeto social a gestão de fundos de investimento imobiliário. A GNB FII tem um capital de 1 250 000 euros totalmente detido pela GNBGA SGPS, sendo por isso consolidada pelo método integral.

A **GNB – Sociedade Gestora de Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (GNB FIM)** (antes designada ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.) (GNB FIM), sociedade gestora de fundos de investimento mobiliário, constituída em 23 de julho de 1987 com sede em Lisboa, tem um capital de 3 000 000 euros totalmente subscrito pela GNBGA SGPS, sendo por isso incluída nas contas consolidadas desta Sociedade pelo método integral.

A **GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (GNB GP)** (antes designada ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A.) (GNB GP), constituída em 23 de abril de 1987, tem por objeto a gestão discricionária de ativos, por conta de terceiros, com um capital de 3 125 000 euros detido na sua totalidade pela GNBGA SGPS. A GNB GP encontra-se sedeadada em Lisboa e é incluída nas contas consolidadas da GNBGA SGPS pelo método integral.

A **GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (GNB FP)** (antes designada ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.) (GNB FP) constituída em 28 de agosto de 1989, com sede em Lisboa e um capital de 1 000 000 euros, detido a 100% pela GNBGA SGPS, tem como objeto social a gestão de fundos de pensões. A GNB FP é incluída nas contas consolidadas da GNBGA SGPS pelo método integral.

A **Capital Mais – Assessoria Financeira, S.A. (Capital Mais)** Em 3 de dezembro de 2015, decorrente da reduzida atividade desta sociedade e dos resultados negativos apresentados nos exercícios anteriores, a GNBGA SGPS procedeu à dissolução da Capital Mais – Assessoria Financeira, S.A. pela liquidação e partilha dos seus bens,.

A **GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. (GNB PI)** (GNB PI) Em 18 de julho de 2016, e decorrente do objectivo de simplificação da sua estrutura de participadas, a GNBGA SGPS procedeu à dissolução da GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. pela liquidação e partilha imediata dos seus bens. De salientar, que pelo facto de se tratar de uma SGPS, as participadas detidas por esta sociedade, foram de imediato transferidas para a empresa Mãe (GNBGA SGPS) .

A **Novo Activos Financieros, España, S.A.**,(antes designada Espírito Santo Activos Financieros, S.A.) com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 19 500 00 euros, é uma sociedade “holding” de direito Espanhol, que detém a 100% as duas empresas gestoras de ativos do Novo Banco em Espanha duas empresas gestoras de ativos do Novo Banco em Espanha:

A **Novo Banco Gestion, S.G.I.I.C., S.A.** (antes designada Espírito Santo Gestión, SGCII, S.A.) (sociedade gestora de instituições de investimento coletivo), constituída em 22 de fevereiro de 1989, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 2 897 993 euros.

e a **Novo Banco Pensiones EGFP, S.A** (antes designada Espírito Santo Pensiones, SGFP, S.A.) (sociedade gestora de fundos de pensões), constituída em 7 de março de 2001, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 1 344 444 euros.

Até 30 de junho de 2016 a GNBGA SGPS detinha 50% do capital da sociedade Novo Banco Activos Financieros, España, tendo naquela data adquirido ao Novo Banco, sucursal Espanha os restantes 50% do capital social da Novo Banco Activos Financieros, España, S.A, passando a ser detentora dos 100% do capital. Até 30 de Junho de 2016 esta sociedade foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial. A partir desta data é consolidada pelo método integral.

A **GNB – International Management, S.A. (GNB IM)** (antes designada ESAF – Espírito Santo International Management, S.A.) é uma sociedade de direito Luxemburguês, constituída em fevereiro de 1995, com um capital integralmente subscrito e realizado no montante de 125 000 euros. Esta Sociedade dedica-se à gestão de fundos de investimento mobiliário internacionais sendo, até 2 de Agosto de 2016, detida pela GNBGA SGPS em 99,8% (anteriormente detida pela GNB-PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). Em 2 de agosto de 2016 a GNBGA SGPS adquiriu ao acionista minoritário uma ação, ficando detentora de 100% do capital social. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método integral.

A **ESIAM – Espírito Santo International Asset Management, Ltd. (ESIAM)** constituída no final de 1998, com um capital de 10 000 USD detido em 50% pela GNBGA SGPS (anteriormente detida pela GNB-PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). A sociedade sedeadada nas British Virgin Islands, detém uma participação numa sociedade cujo objectivo principal é a gestão de fundos de pensões em Angola. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial e encontra-se sem actividade desde 2004.

A **Económico – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (anteriormente denominada BESAACTIVE-FII)** constituída em 7 de fevereiro de 2008, com um capital social de 90 000 000 AKZ, detido em 35% pela GNB GA SGPS (anteriormente detida pela GNB PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). Esta sociedade está sedeadada em Luanda e dedica-se à gestão de fundos de investimento imobiliário. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Em processo de venda.

A **Económico – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (anteriormente denominada BESAACTIVE-FP)** foi constituída em 2 de março de 2009, com um capital social de 105 000 000 AKZ, detido em 35% pela GNBGA SGPS (anteriormente detida pela GNB-PI, até à data da sua liquidação que ocorreu em 18 de julho de 2016). Esta sociedade está sedeadada em Luanda e dedica-se à gestão de fundos de pensões. Esta sociedade é incluída nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial. Em processo venda.

## NOTA 2 – FUNDOS E ATIVOS GERIDOS

As subsidiárias da GNBGA SGPS tinham em 31 de dezembro de 2016 os seguintes Fundos e Ativos sob gestão:

**FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO**

- **Em Portugal**

À data do balanço, os ativos (líquidos) sob gestão dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela GNB FIM ascendiam a cerca de 303 milhões de euros (2015: 357 milhões de euros).

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Fundos de Tesouraria	38 318 675	49 081 195
Fundos de Obrigações	57 673 024	51 584 350
Fundos de Ações	47 803 558	28 690 048
Fundos de Poupança	14 875 030	15 787 163
Fundos Flexíveis	50 165 239	66 058 857
Fundo Especial de Investimento	75 483 583	134 061 560
Fundo de Investimento Aberto de Ações Internacionais	18 991 575	11 495 886
	<b>303 310 684</b>	<b>356 759 059</b>

- **Internacionais**

A subsidiária da Sociedade com sede no Luxemburgo (GNB - International Management, S.A.) gere um "Fonds Commun de Placement", com a designação de "NB Fund", constituído por oito compartimentos ativos (fundos de ações e obrigações), destinados a clientes particulares e institucionais, atingiu um volume sob gestão de 498 milhões de euros.

Gere também um SICAV harmonizado, com a designação de "Lux Global Fund SICAV", com dois sub-funds: Lux Global Fund – Global Flexible Fund e Lux Global Fund – Global Premium Portfolio, com um volume sob gestão de 5,4 milhões de euros.

O montante total de ativos (líquidos) sob gestão ascendia, em 31 de dezembro de 2016 a 503 milhões de euros (2015: 530 milhões de euros).

Através da participada Novo Activos Financieros España, S.A., em Espanha, o Grupo Novo Banco, em 31 de dezembro de 2016, tem ainda sob gestão 38 fundos mobiliários (2015: 40), sedeados em Espanha, geridos pela Novo Banco Gestión, SGIC, S.A. num total de 685 milhões de euros (2015: 848 milhões de euros) de ativos (líquidos).

**FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**

- **Em Portugal**

Em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade GNB FII gere 33 fundos (2015:32) num total de 1 406 milhões de euros (2015:1 299 milhões de euros) de ativos sob gestão, os quais se apresentam como segue, de acordo com as respetivas características:

(Montantes expressos em euros)

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Fundos Abertos</b>		
NB Património	234 461 494	262 035 691
NB Logística	36 860 598	37 688 405
Fungepi Novo Banco	161 104 384	216 802 515
Fungepi Novo Banco II	193 406 677	203 164 095
Fungere	156 221 100	193 197 017
<b>Fundos fechados</b>		
ACIF	4 756 645	4 710 878
Arrábida	29 898 303	30 994 482
Asas Invest	3 393 605	3 707 342
Cimóvel	45 256 697	48 279 460
Costa Atlantica	4 495 840	5 911 171
Edifundo	(28 059 734)	(23 475 702)
Fivestars	3 796 233	3 820 785
FUNDES	116 377 959	153 565 905
Fundocantial	(23 951 473)	(19 236 834)
Gestindústria	5 692 133	5 671 546
Guebar	11 790 873	12 492 577
Imoarruda	7 357 650	8 144 513
Imocais	18 184 051	8 033 552
IMOVALOR	18 795 779	14 781 980
Lamego Premium	8 857 875	8 854 329
Lapa Private	-	2 174 081
LisbonUrban	5 521 800	5 625 610
MGE	( 668 459)	2 114 265
NB Alta Vista	16 527 196	17 210 466
NB Arrendamento	6 127 468	14 562 199
Prediloc Capital	20 692 405	21 235 527
Promofundo	331 143	1 842 058
Reconversão Urbana	13 210 299	17 617 857
Reconversão Urbana II	7 500 912	9 189 387
RENDIFUNDO	9 425 700	9 594 885
Tavira	4 693 300	6 664 777
Unicampus	12 112 055	12 106 944
Invesfundo VII	26 555 648	-
Fimes Oriente	275 676 486	-
	<b>1406 402 642</b>	<b>1299 081 763</b>

- **Internacionais**

A participada Económico – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede em Angola, gere, à data de 31 de dezembro de 2016, 2 fundos imobiliários (2015: 2), o BESA Património, no montante de 108 milhões de euros (2015: 107 milhões de euros), e o BESA Valorização, no montante de 376 milhões de euros (2015: 688 milhões de euros).

## FUNDOS DE PENSÕES

- **Em Portugal**

À data de 31 de dezembro de 2016, a Sociedade GNB FP gere 24 fundos (2015:29) cujo montante sob gestão ascendia a 2010 milhões de euros (2015: 2 060 milhões de euros).

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Fundos de pensões Abertos	247 314 080	306 272 008
Fundos de pensões Fechados	1762 370 050	1753 802 443
	<b>2 009 684 131</b>	<b>2 060 074 451</b>

A GNB FP tem sob gestão fundos com garantia de capital, cujo valor em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 80 milhões de euros (2015: 75 milhões de euros).

Com exceção destes fundos, nenhum dos restantes fundos de pensões geridos por esta sociedade beneficiam de qualquer garantia de capital ou rendimento mínimo.

- **Internacionais**

No que respeita a Espanha, a Novo Banco Pensiones EGFP, S.A. tem sob gestão 11 fundos de pensões (2015:12) com referência ao final do exercício de 2016, cujo montante sob gestão totalizavam 103 milhões de euros (2015: 127 milhões de euros).

A participada Económico – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com sede em Angola, gere à data de 31 de dezembro de 2016 3 fundos de pensões (2015:5) no montante de 30 milhões de euros (2015: 34 milhões de euros).

## GESTÃO DE PATRIMÓNIOS

- **Em Portugal**

A atividade de gestão discricionária de ativos, de particulares e institucionais, desenvolvida pela GNB GP, ascendia em 31 de dezembro de 2016 a 1 039 milhões de euros (2015: 1 005 milhões de euros).

Adicionalmente, a GNB-GP, presta ainda serviços de gestão financeira às seguintes entidades: (i) à GNB – Vida, relativamente a um conjunto de ativos (líquidos) que em 31 de dezembro de 2016 ascendiam a 4 904 milhões de euros (2015: 5 667 milhões de euros), (ii) a dois SICAV ("Société d'Investissement a Capital Variable") sedeados no Luxemburgo cujos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2016 eram de 5 milhões de euros (2015: 67 milhões de euros), estes montantes incluíam em 2015 o Caravela Fund (liquidado em 2016) e o Lux Global Fund SICAV, (iii) a fundos de pensões, cujo volume sob gestão era de 193 milhões de euros (2015: 192 milhões de euros) e (iv) a duas entidades seguradoras cujos volumes globais ascendiam a 518 milhões de euros (2015: 698 milhões de euros).

- **Internacionais**

Em Espanha, na Novo Activos Financieros España, S.A, a mesma atividade tem sob gestão, em 31 de dezembro de 2016, o montante de 271 milhões de euros (2015: 412 milhões de euros).

## NOTA 3 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras individuais da GNBGA SGPS são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e as demonstrações financeiras consolidadas da GNBGA são preparadas de acordo com as Normas de Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia, a partir do exercício de 2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, da GNBGA SGPS agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2016. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2016 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência ao exercício de 2015, pelo que entendemos que as demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes.

As principais normas e interpretações adotadas no exercício de 2016 são referidas na nota 32. As normas e interpretações tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS/NCA requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto no que se refere aos ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda, que se encontram registados ao justo valor, e no pressuposto da continuidade das operações.

O plano de negócios da Sociedade, e das suas participadas, é elaborado em articulação com o Novo Banco, no âmbito dos acordos de distribuição existentes, estando naturalmente dependente da situação acionista futura do Novo Banco conforme referido na nota 25.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações, sendo entendimento do Conselho de Administração que a conclusão do processo de venda do Novo Banco, SA, permitirá concretizar o plano de negócios aprovado.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de abril de 2017.

### **3.2 Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da GNBGA SGPS e das suas subsidiárias (Grupo) e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Até 31 de dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respetivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

#### **Associadas**

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo goodwill determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se a Sociedade tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

### **Goodwill**

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS1, adotada pelo Grupo na data da transição.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos ativos líquidos adquiridos.

A partir de 1 de janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – “Business combinations”, o Grupo mensura o goodwill como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses que não controlam correspondem à respetiva proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de goodwill. Assim, o goodwill reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Grupo.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no exercício em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflète as condições de mercado, o valor temporal e o risco do negócio.

### **Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e

associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da GNBGA.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido a taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

### **Saldos e transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

### **3.3 Empréstimos concedidos e contas a receber**

Esta categoria inclui as disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, as quais são registadas na data em que os montantes são aplicados.

Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor e são subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado líquido de perdas por imparidade.

### **3.4 Ativos e Passivos financeiros**

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço da Sociedade na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Sociedade se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Sociedade tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Sociedade classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: "Disponibilidades em outras instituições de crédito" e "Ativos financeiros disponíveis para venda". A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, a Sociedade tem o direito a compensar os montantes reconhecidos e tem a intenção de liquidar pelo valor líquido.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

### **3.5 Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias de ativos financeiros detidos para negociação (que correspondem aos ativos financeiros de negociação e aos ativos financeiros designados no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados) ou de investimentos detidos até à maturidade (que correspondem aos ativos financeiros relativamente aos quais existe a intenção e a capacidade de deter até à maturidade).

#### **Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto no caso de ativos financeiros detidos para negociação, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

#### **Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções

customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

### **Imparidade**

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

### **Disponibilidades e Aplicações em Instituições de crédito**

As disponibilidades e aplicações em instituições de crédito são registadas na data em que os montantes são aplicados. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado líquido de perdas por imparidade.

### **3.6 Operação em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda as quais são registadas em reservas.

### **3.7 Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e

recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

### 3.8 Outros ativos tangíveis

Os ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis serão reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação serão reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de Anos</u>
Beneficiação em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	4 – 10
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 – 10
Máquinas e ferramentas	4 – 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	5
Outros ativos tangíveis	8

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### 3.9 Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa entre 3 a 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Sociedade, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados das empresas do Grupo especializados em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### 3.10 Locações

A GNBGA SGPS e as suas subsidiárias classificam as operações de locação como locação operacional ou financeira, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

A GNBGA SGPS em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apenas detinha operações de locação operacional na ótica do locatário.

Os pagamentos efetuados com base nos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

### 3.11 Benefícios aos empregados

#### Pensões

Face às responsabilidades assumidas no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 10, a GNB FII e a GNB FIM constituíram fundos de pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a GNB FII e a GNB FIM, através de fundos de pensões geridos pela GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., subsidiária da GNBGA SGPS.

Os planos de pensões existentes na GNB FII e na GNB FIM correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, em 31 de dezembro individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, pelo atuário responsável. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de dívida privada com uma notação de risco de crédito de elevada qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade aproximada às responsabilidades a financiar.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Sociedade reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Tanto a GNB FIM como a GNB FII efetuam contribuições para o fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue:

- Financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento,
- Financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo.

### **Benefícios de saúde**

Aos trabalhadores da GNB FII e GNB FIM é assegurada a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da Sociedade, a verba correspondente a 6,5% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da GNB FII e da GNB FIM com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

### **Prémios por antiguidade**

Com a entrada em vigor do novo ACT, em 8 de agosto de 2016, os “Prémios de antiguidade” terminam. Neste mesmo ACT é definido um “Prémio de Final de carreira”, que se encontra descrito e regulamentado na Cláusula 74ª e que o trabalhador terá direito a receber, se se encontrar ao serviço da empresa na data da entrada na reforma.

Até à data da entrada deste novo ACT e no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, as Sociedades GNB FII e GNB FIM tinham o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completassem 15, 25 e 30 anos ao seu serviço, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios. Por outro lado, à data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade e os prémios de final de carreira são contabilizados pela GNB FII e pela GNB FIM de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios por antiguidade e prémios de final de carreira é estimado anualmente, à data do balanço, pelo atuário responsável com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de dívida privada com uma notação de risco de crédito de elevada qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade e prémios de final de carreira, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

## Remunerações variáveis aos empregados

As remunerações variáveis (distribuição de resultados) dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## Outros custos com pessoal

Os custos relacionados com os colaboradores de cada uma das empresas do grupo Novo Banco que exercem em simultâneo funções para mais do que uma empresa do grupo, são objeto de débitos entre as sociedades em causa. Estes movimentos são registados na rubrica Gastos Gerais Administrativos (ver Nota 12).

### 3.12 Impostos sobre lucros

A GNBGA SGPS está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo Novo Banco procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária.

Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

### 3.13 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação (ver Nota 22).

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

### 3.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade igual ou inferior a três meses a contar da aprovação/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

### 3.15 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, utilizando o método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras.

O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

### 3.16 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva;

### 3.17 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

### 3.18 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela GNBGA SGPS.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos

resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

### **3.19 Eventos Subsequentes**

Os eventos subsequentes materialmente relevantes, caso existam, e sejam do conhecimento da Sociedade até à data da aprovação de contas, são reflectidos nas Demonstrações Financeiras

### **3.20 Normas e interpretações ainda não adotadas**

A aplicação das normas e interpretações efetivas a 31 de dezembro de 2016 não tiveram impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras da GNBGA SGPS. É entendimento da Administração que a aplicação das normas e interpretações a aplicar nos períodos iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2017 não terá impacto ou aplicação nas demonstrações financeiras da Sociedade.

## **NOTA 4 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os IFRS/NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela GNBGA SGPS e pelas suas subsidiárias é apresentada na Nota 3 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

### **4.1 Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda**

A GNBGA SGPS e suas subsidiárias determinam que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Sociedade.

### **4.2 Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### 4.3 Impostos sobre os lucros

A SGPS e suas subsidiárias encontram-se sujeitas ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais podem rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, podem ocorrer correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### NOTA 5 – REPORTE POR SEGMENTOS

Considerando que a GNBGA SGPS não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a GNBGA SGPS e suas subsidiárias não apresentam informação relativa aos segmentos.

#### NOTA 6 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica no consolidado e individual é composto por:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
<b>Juros e rendimentos similares</b>				
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	190 766	271 605	16 683	-
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	9 460	232 034	-	-
Juros de devedores e outras aplicações	-	15 470	-	15 470
Outros Juros e rendimentos	-	22 493	-	-
	<u>200 226</u>	<u>541 602</u>	<u>16 683</u>	<u>15 470</u>
<b>Juros e encargos similares</b>				
Juros e encargos similares	( 115)	( 71 079)	( 37)	( 55)
	<u>( 115)</u>	<u>( 71 079)</u>	<u>( 37)</u>	<u>( 55)</u>
<b>Saldo líquido</b>	<b>200 111</b>	<b>470 523</b>	<b>16 646</b>	<b>15 415</b>

A margem financeira refletida no consolidado resulta fundamentalmente da aplicação de capitais a muito curto prazo e depósitos a prazo junto de instituições de crédito (Nota 15).

A rubrica “Juros de devedores e outras aplicações” no consolidado e no individual no exercício de 2015, evidencia um saldo que resulta integralmente da remuneração das prestações acessórias concedidas à Portucale – Sociedade gestora de fundos de Titularização de Crédito.

A rubrica “Juros e encargos similares” no consolidado à data de 31 de dezembro de 2015, tem incluído um montante de 55 320 euros referente a juros compensatórios pela liquidação, em atraso, de imposto de selo sobre comissões cobradas a fundos de pensões, em resultado de uma inspeção fiscal no âmbito da qual a Autoridade Tributária assumiu uma interpretação diferente da seguida pelas Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões. (ver Nota 9)

**NOTA 7 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

O valor desta rubrica no individual é composto por:

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>Individual</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Dividendos de empresas subsidiárias e associadas</b>		
GNB FII	4 000 000	4 027 112
GNB GP	2 550 000	7 914 568
GNB FP	1 300 000	2 690 149
Novo Ativos Financieros, S.A.	19 761 250	3 000 000
GNB PI SGPS	7 000 000	9 000 000
<b>Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
GNB - Companhia de Seguros, SA	176	273
Portucale, SGFTC, SA	37 200	-
	<b>34 648 626</b>	<b>26 632 102</b>

**NOTA 8 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES**

Os custos e proveitos de serviços e comissões no consolidado e individual apresentam-se da seguinte forma:

	(Montantes expressos em Euros)			
	<b>Consolidado</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Rendimentos de serviços e comissões</b>				
Comissões de Gestão				
de fundos de investimento mobiliário	8 312 165	11 525 806		
de fundos de investimento imobiliário	8 936 009	10 385 398		
de carteiras de clientes particulares e institucionais(GNBGP)	7 633 625	7 974 481		
de carteiras de clientes particulares e institucionais(NAFE)	4 389 349	-		
de fundos de pensões	5 208 826	5 585 618		
de serviços de gestão às participadas	294 349	337 124	1 011 852	1 351 124
Outras comissões	26 372	3 863		
	<b>34 800 695</b>	<b>35 812 290</b>	<b>1 011 852</b>	<b>1 351 124</b>
Comissões de emissão de unidade de participação				
de fundos e pensões	51 921	13 960		
	<b>51 921</b>	<b>13 960</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Comissões de resgate de unidade de participação				
de fundos de investimento imobiliário	2	16	-	-
de fundos e pensões	538 432	3 497	-	-
	<b>538 434</b>	<b>3 513</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	<b>35 391 050</b>	<b>35 829 763</b>	<b>1 011 852</b>	<b>1 351 124</b>
<b>Encargos com serviços e comissões</b>				
Despesas com a distribuição e comercialização das unidades de participação	(8 191 472)	(7 033 177)	-	-
Por serviços bancários	( 17 994)	( 28 553)	( 962)	( 1 251)
Por garantias bancárias prestadas	( 74 453)	( 74 780)	-	-
	<b>(8 283 919)</b>	<b>(7 136 510)</b>	<b>( 962)</b>	<b>( 1 251)</b>
<b>Resultados de serviços e comissões</b>	<b>27 107 131</b>	<b>28 693 253</b>	<b>1 010 890</b>	<b>1 349 873</b>

Para além dos serviços prestados aos Fundos sob gestão (Mobiliários, Imobiliários e de Pensões) a que correspondem comissões de gestão cobradas, o Grupo GNBGA presta ainda serviços de administração de valores que inclui à data de 31 de dezembro de 2016 comissões de gestão e performance cobradas, sendo 2 071 268 euros (2015: 2 254 738 euros) referentes a carteiras de clientes particulares e 5 562 356 euros (2015: 5 719 743 euros) referentes a carteiras de clientes institucionais (Nota 2). Em 2016 todos os serviços prestados pelo Grupo GNBGA referidos acima, ascenderam em termos consolidados a 34 774 323 euros (2015: 35 808 427 euros).

De referir que a diminuição das comissões de gestão e comercialização da GNB FIM é explicada pelo decréscimo do volume sob gestão dos fundos no montante de 53 448 375 euros. Também de referir que a diminuição das comissões de gestão e comercialização da GNB FII é explicada pelo decréscimo dos volumes sob gestão até ao final do 3º trimestre de 2016. Em 11 de outubro de 2016, data em que os fundos da “Fimes Oriente” e “Investfundo VII” foram transferidos para a GNB FII os volumes sob gestão aumentam em cerca 302 232 134 euros. Assim, embora o volume sob gestão da GNB FII em 31 de dezembro de 2016 seja superior ao do ano homólogo (Ver nota 2), as comissões destes dois fundos não compensaram a perda gerada pela diminuição do volume sob gestão dos fundos existentes até à transferência dos fundos acima referidos.

Nas contas individuais, a rubrica Rendimentos de serviços e comissões – Serviços de gestão às participadas diz respeito aos valores devidos pelas participadas da GNBGA SGPS pelos serviços técnicos de administração prestados. No exercício de 2016 os custos faturados às participadas sofreram uma redução, resultado de uma diminuição dos custos incorridos pela GNBGA SGPS nesta gestão.

## NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Os rendimentos e encargos de serviços e comissões no consolidado e individual apresentam-se da seguinte forma:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
<b>Rendimentos</b>				
Outros rendimentos e receitas operacionais	1 068 307	1 796 342	6 152 012	1 048 467
<b>Encargos</b>				
Outros encargos e gastos operacionais	( 896 943)	( 571 651)	( 102 912)	( 139 587)
Outros impostos	( 400 512)	( 925 984)	( 290)	( 384)
	<u>(1 297 455)</u>	<u>(1 497 635)</u>	<u>( 103 202)</u>	<u>( 139 971)</u>
<b>Saldo líquido</b>	<b>( 229 148)</b>	<b>298 707</b>	<b>6 048 810</b>	<b>908 496</b>

A rubrica “Outros rendimentos e receitas operacionais” no consolidado inclui faturação de cedência de pessoal a outras Sociedades do Grupo em que as Sociedades se inserem que em 2016 ascende a 271 779 euros (2015: 792 436 euros). A diminuição desta rubrica “Cedência de pessoal” no consolidado é explicada pela diminuição de recursos cedidos pelas participadas da GNB GA ao Grupo Novo Banco face ao exercício de 2015.

Por seu lado, o saldo da rubrica “Outros impostos” no consolidado evidencia um saldo no montante 400 512 euros (2015: 925 984 euros), sendo a diminuição face ao exercício de 2015 explicada pelo custo suportado em 2015, num montante de 603 345 euros, referente ao imposto de selo sobre comissões cobradas a fundos de pensões, em resultado de uma inspeção fiscal no âmbito da qual a Autoridade Tributária assumiu uma interpretação diferente

da seguida pela Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, tendo levantado um auto de infração que a Sociedade está a reclamar, tal como o fizeram outras Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões. Face ao nível das taxas de juro atuais, entendeu-se dever caucionar esta contingência em dinheiro ao invés de apresentar uma garantia bancária que teria custos adicionais para a Sociedade. Apesar da realização deste pagamento, é entendimento da administração e dos seus consultores fiscais, que este imposto não é devido. A rubrica de outros impostos, inclui igualmente o valor anual das taxas de supervisão pagas à CMVM no montante de 240 000 euros (2015: 250 032 euros).

A rubrica de “Outros rendimentos e receitas operacionais” no individual inclui faturação de cedência de pessoal da GNBGA SGPS a entidades participadas que em 2016 ascende a 499 668 euros (2015: 554 101 euros). Esta rubrica inclui ainda a mais-valia obtida pela GNBGA SGPS, no montante de 5 251 407 euros, resultado da liquidação e partilha da participada GNB PI em 18 de julho de 2016.

## NOTA 10 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor dos custos com pessoal no consolidado e individual apresentam-se da seguinte forma:

	(Montantes expressos em Euros)			
	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
Remunerações dos órgãos gestão	743 998	59 400	306 672	42 000
Vencimentos e salários	3 620 586	4 161 115	584 712	813 093
Outros encargos sociais obrigatórios	1 053 485	1 023 421	201 296	188 419
Custos com pensões de reforma (Nota11)	398 937	218 425	-	-
Prémios de antiguidade	642	11 197	-	-
Indemnizações contratuais	1 165 462	190 000	231 000	-
Outros custos com o pessoal	222 956	201 147	33 818	39 766
<b>Saldo Total</b>	<b>7 206 066</b>	<b>5 864 705</b>	<b>1 357 498</b>	<b>1 083 278</b>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Durante o exercício de 2016 e 2015 não foram distribuídas remunerações variáveis a membros dos órgãos sociais, de acordo com a Política de Remunerações em vigor.

A adoção das NCA obriga ao reconhecimento no ano a que diz respeito da estimativa para a distribuição de resultados aos colaboradores que é efetuada no ano seguinte, depois de aprovadas as contas. No exercício de 2016 e 2015, o Conselho de Administração entendeu não atribuir nenhum montante para a distribuição de resultados aos colaboradores.

A rubrica “Remuneração dos órgãos gestão” no consolidado e no individual no exercício de 2016 tem incluído um saldo de respetivamente 564 370 euros e 161 083 euros relativo a custos com a remuneração de três Administradores. Estes custos no exercício de 2015 estavam registados na rubrica “ Vencimentos e salários”, e explicam o aumento da rubrica “Remuneração dos órgãos gestão” e a diminuição de “Vencimentos e salários” em 2016 face ao exercício de 2015.

A rubrica “Indemnizações contratuais” evidencia, no consolidado, um saldo de 1 165 462 euros (2015: 190 000), e um saldo de 231 000 euros (2015: zero) nas contas individuais, correspondente a valores pagos de indemnizações por rescisões de contrato de trabalho, no âmbito do processo de reestruturação do Grupo Novo Banco.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo, são apresentados como segue:

(Montantes expressos em euros)

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Outro pessoal chave da gestão</b>	<b>Total</b>
<b>31 de Dezembro de 2016</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	693 826	1 431 643	2 125 469
Custos com pensões de reforma	-	265 471	265 471
Prémios de antiguidade	-	211	211
<b>Total</b>	<b>693 826</b>	<b>1 697 325</b>	<b>2 391 151</b>
<b>31 de Dezembro de 2015</b>			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	566 323	1 820 487	2 386 810
Custos com pensões de reforma	52 284	84 900	137 184
Prémios de antiguidade	1 370	5 057	6 427
<b>Total</b>	<b>619 977</b>	<b>1 910 444</b>	<b>2 530 421</b>

Os custos com as remunerações fixas atribuídas a membros dos órgãos sociais pelo individual, são apresentados como segue:

(Montantes expressos em euros)

	<b>Individual</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Conselho Fiscal</b>		
José Manuel Macedo Pereira	24 500	42 000
António Gonçalves	4 500	
Joaquim Manuel da Silva Neves	3 909	
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	3 909	
<b>Conselho de Administração</b>		
Fernando Fonseca Cristino Coelho	140 330	240 894
Pedro Luís Faria Araújo de Almeida e Costa	94 806	162 392
João Pedro Corrêa de Azevedo Guimarães	86 550	162 814
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	183 303	-
	<b>541 807</b>	<b>608 100</b>

No decurso do exercício de 2016 o consolidado e o individual tiveram em média 82 e 21 colaboradores e durante 2015: 89 e 21, respetivamente, repartidos da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Quadros superiores	28	33	5	6
Quadros médios	42	44	11	10
Outros	12	12	5	5
	<b>82</b>	<b>89</b>	<b>21</b>	<b>21</b>

## NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### *Pensões de reforma e benefícios de saúde*

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, a GNB FII e a GNB FIM assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da segurança social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa Abono de família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS), a partir de 1 de Janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade do Grupo Novo Banco a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

A taxa contributiva para o RGSS é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando as entidades empregadoras a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável e restantes convenções.

As pensões de reforma dos bancários na Segurança Social no âmbito do 2º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do regime geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. À entidade empregadora compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e restantes convenções e aquela que o empregado vier a receber da segurança social.

Assim, a integração conduz a um decréscimo efetivo do valor atual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo plano de pensões. No entanto, dado que não existiu redução de benefícios na perspetiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de dezembro de 2010.

Por outro lado, e tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um ganho no futuro, quando o valor das responsabilidades à data da reforma (VABT) for inferior ao valor das responsabilidades por serviços passados a cobrir pelo fundo de pensões devendo este ganho ser diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 foi celebrado um 3º acordo tripartido, onde ficou decidida a transferência para a esfera da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011, o qual não abrangeu a GNB FII e a GNB FIM por estas não terem ainda quaisquer reformados ou pensionistas em pagamento.

Com efeito a 1 de janeiro de 2014, a idade legal de reforma, para os trabalhadores abrangidos pelo Regime de Segurança Social, passou dos 65 para os 66 anos de idade. Contudo, o plano de benefícios definidos pela Sociedade não foi alterado, tendo-se mantido a idade de reforma aos 65 anos. Esta alteração legal tem assim um impacto do co-financiamento da Segurança Social no que respeita às responsabilidades dos colaboradores no ativo que estão abrangidos pelo plano e que foram transferidos para a Segurança Social no âmbito dos acordos tripartidos atrás mencionados.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do fundo de pensões da GNB FII e da GNB FIM ascendia a 3 735 145 euros e a 12 085 712 euros (2015: 3 761 640 euros e 12 792 488 euros), respetivamente, e englobava 33 e 12 participantes (2015: 33 e 13), respetivamente, sendo que estes participantes são na totalidade pessoal no ativo e pessoal com direitos adquiridos, existindo um pensionista em pagamento no fundo de pensões da GNB FIM.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do fundo de pensões da GNB FIM detém unidades de participação dos fundos Multireforma, Multireforma Plus, Multireforma Acções e Multireforma Garantido (fundos de pensões abertos) conforme segue:

(Montantes expressos em euros)			
Fundo	Nº ups	valor da UP	Montante
Multireforma	677 687	11,2632	7 632 943
Multireforma Plus	402 447	6,6571	2 679 114
Multireforma Acções	248 645	6,9994	1 740 372
Multireforma Capital Garantido	5 000	6,6567	33 283
			<b>12 085 712</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o valor do fundo de pensões da GNB FII detém unidades de participação dos fundos Multireforma, Multireforma Plus, Multireforma Acções e Multireforma Garantido (fundos de pensões abertos) conforme segue:

(Montantes expressos em euros)			
Fundo	Nº ups	valor da UP	Montante
Multireforma	167 192	11,2632	1 883 125
Multireforma Plus	247 577	6,6571	1 648 135
Multireforma Acções	24 374	6,9994	170 602
Multireforma Capital Garantido	5 000	6,6567	33 283
			<b>3 735 145</b>

O valor do fundo de pensões é representado por unidades de participação dos Fundos Multireforma, Multireforma Plus, Multireforma Acções e Multireforma Capital Garantido (fundos de pensões abertos), os quais à data de 31 de dezembro de 2016, tinham um Valor Líquido Global de 58 732 330 euros, 15 189 413 euros, 10 140 133 euros e 53 772 441 euros (2015: 115 378 382 euros, 20 131 740 euros, 11 152 574 euros e 49 946 946 euros), respetivamente e incluíam na sua carteira como ativos, os seguintes fundos geridos por entidades pertencentes ao mesmo grupo:

Descrição	% da carteira do Multireforma	% da carteira do Multireforma Plus	% da carteira do Multireforma Capital Garantido
N.B.Momentum		6,04%	
E.S.Global Enhanced		2,53%	5,08%
N.B. European Equity	4,45%	11,65%	
N.B.Euro Bond	7,69%	4,99%	7,72%
N.B.Global Enhanced	5,35%		
Cimóvel			3,17%

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram:

	Pressupostos actuariais		Verificados			
	2016	2015	GNB - FII		GNB - FIM	
			2016	2015	2016	2015
Tábua de Mortalidade :						
Homens	TV 73/77 menos 2anos <sup>1</sup>	TV 73/77 menos 2anos <sup>1</sup>				
Mulheres	TV 88/90 menos 2anos <sup>1</sup>	TV 88/90 menos 2anos <sup>1</sup>				
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001				
Taxa de evolução salarial	0,75%	1,00%	1,44%	0,88%	-1,73%	0,57%
Taxa de rendimento do fundo	2,25%	2,50%	-0,95%	-0,87%	-0,66%	-0,95%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,50%				
Taxa técnica do juro	2,25%	2,50%				

<sup>1</sup> Considera uma idade 2 anos inferior à idade efetiva o que equivale a uma correção à expectativa de vida que, assim, resulta superior à da aplica direta da tábua de mortalidade.

No cálculo das responsabilidades foi utilizado o método da unidade de crédito projetada.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2016:

	(Montantes expressos em Euros)		
	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>			
Responsabilidades em 31 de dezembro	( 4 059 120)	( 13 109 941)	( 17 169 061)
<b>Saldo dos fundos em 31 de dezembro</b>	<b>3 735 145</b>	<b>12 085 712</b>	<b>15 820 857</b>
Activos líquidos em balanço (Nota 21)	( 323 975)	( 1 024 229)	( 1 348 204)
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 166 834	6 482 758	7 649 592

Em 30 de março de 2017 a GNB FII e a GNB FIM efectuaram a contribuição para assegurar o financiamento a 100% das responsabilidades apuradas à data de 31 de dezembro de 2016, respectivamente no montante de 323 975 euros e 1 024 229 euros.

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2015:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>			
Responsabilidades em 31 de dezembro	( 3 761 640)	( 12 792 488)	( 16 554 128)
<b>Saldo dos fundos em 31 de dezembro</b>	<b>3 761 640</b>	<b>12 792 488</b>	<b>16 554 128</b>
Activos líquidos em balanço (Nota 21)	-	-	-
Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	825 109	5 875 215	6 700 324

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.11 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais anualmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 3.11 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, a Sociedade avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades no exercício de 2016 pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Responsabilidades em 1 de janeiro</b>	<b>3 761 640</b>	<b>12 792 488</b>	<b>16 554 128</b>
Custo Normal	( 8 549)	232 450	223 901
Custo dos juros	84 637	287 831	372 468
Portabilidade	-	( 623 847)	( 623 847)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:			
- Alteração da taxa de actualização	254 928	617 964	872 892
- Alteração SAMS	( 55 999)	( 303 682)	( 359 681)
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	22 463	( 79 590)	( 57 127)
Encargos extraordinários de reformas antecipadas	-	186 327	186 327
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>4 059 120</b>	<b>13 109 941</b>	<b>17 169 061</b>

Tendo por base a situação em 31 de dezembro de 2016, e para certas alterações nos pressupostos actuariais, verificar-se-iam os seguintes impactos:

- Um aumento na taxa de desconto em 25 pontos base faria reduzir as responsabilidades da GNB FII e GNB FIM em cerca de 263 205 euros e 649 099 euros; uma redução de igual amplitude faria aumentar as responsabilidades da GNB FII e GNB FIM em cerca de 284 881 euros e 692 123 euros;
- Um aumento de 25 pontos base no crescimento dos salários e pensões faria aumentar as responsabilidades da GNB FII em cerca de 125 344 euros e 117 744 euros e da GNB FIM em cerca de 404 830 e 363 823 euros; uma redução de igual amplitude faria diminuir as responsabilidades da GNB FII em cerca de 121 879 euros e 112 926 euros e da GNB FIM em cerca de 367 127 euros e 349 242 euros;

- A utilização de tábuas de mortalidade com agravamento de mais um ano faria aumentar as responsabilidades da GNB FII em cerca de 124 979 euros e diminuir as responsabilidades da GNB FIM em cerca de 404 034 euros; com a redução de menos um ano as responsabilidades da GNB FII diminuiriam em cerca de 122 194 euros e da GNB FIM aumentariam em cerca de 404 401 euros.

A evolução das responsabilidades no exercício de 2015 pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Responsabilidades em 1 de janeiro</b>	<b>3 598 954</b>	<b>12 510 339</b>	<b>16 109 293</b>
Custo Normal	( 5 262)	236 830	231 568
Custo dos juros	67 480	312 758	380 238
Portabilidade	( 124 092)	( 627 417)	( 751 509)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:			-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	224 560	359 978	584 538
<b>Responsabilidades no final do exercício</b>	<b>3 761 640</b>	<b>12 792 488</b>	<b>16 554 128</b>

A evolução do valor dos fundos de pensões no exercício de 2016, pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Saldo dos fundos em 1 de janeiro</b>	<b>3 761 640</b>	<b>12 792 488</b>	<b>16 554 128</b>
Rendimento real do fundo	( 35 696)	( 85 020)	( 120 716)
Contribuições da Sociedade	-	-	-
Contribuições dos empregados	9 201	2 091	11 292
Outros	-	( 623 847)	( 623 847)
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>3 735 145</b>	<b>12 085 712</b>	<b>15 820 857</b>

A evolução do valor dos fundos de pensões no exercício de 2015, pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Saldo dos fundos em 1 de janeiro</b>	<b>3 598 954</b>	<b>12 510 339</b>	<b>16 109 293</b>
Rendimento real do fundo	( 31 433)	( 118 694)	( 150 127)
Contribuições da Sociedade	308 202	1 025 126	1 333 328
Contribuições dos empregados	10 009	3 134	13 143
Outros	( 124 092)	( 627 417)	( 751 509)
<b>Saldo dos fundos no final do exercício</b>	<b>3 761 640</b>	<b>12 792 488</b>	<b>16 554 128</b>

A evolução dos desvios actuariais em balanço no exercício de 2016, pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Desvios actuariais acumulados em 1 de janeiro</b>	<b>825 109</b>	<b>5 875 215</b>	<b>6 700 324</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:			
- Alterações de pressupostos			-
- Alteração da taxa de actualização	254 928	617 964	872 892
- Alteração SAMS	( 55 999)	( 258 377)	( 314 376)
- Outros	39 642	24 953	64 595
- Ganhos e perdas de experiência			-
- Desvio desfavorável no rendimento	120 333	372 851	493 184
- Outros	( 17 179)	( 149 848)	( 167 027)
<b>Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>1 166 834</b>	<b>6 482 758</b>	<b>7 649 592</b>

A evolução dos desvios atuariais em balanço no exercício de 2015 pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Desvios actuariais acumulados em 1 de janeiro</b>	<b>479 142</b>	<b>5 099 470</b>	<b>5 578 612</b>
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:			
- Alterações de pressupostos	186 218	483 123	669 341
- Ganhos e perdas de experiência	159 749	292 622	452 371
<b>Desvios actuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>825 109</b>	<b>5 875 215</b>	<b>6 700 324</b>

Os custos do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são decompostos como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Custo do serviço corrente (Nota 10)	( 17 750)	230 359	212 609
Custo/ (Proveitos) de juros	-	-	-
<b>Custos do exercício</b>	<b>( 17 750)</b>	<b>230 359</b>	<b>212 609</b>

Os custos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são decompostos como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
Custo do serviço corrente (Nota 10)	( 15 271)	233 696	218 425
Custo/ (Proveitos) de juros	( 22 494)	15 685	( 6 809)
<b>Custos do exercício</b>	<b>( 37 765)</b>	<b>249 381</b>	<b>211 616</b>

A partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da alteração do IAS 19 – Benefícios dos empregados, os custos / proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) similares.

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço durante o exercício de 2016 pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2016		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Em 1 de janeiro</b>	-	-	-
Custo do exercício	17 750	( 230 359)	( 212 609)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	-	-	-
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento Integral	( 341 725)	( 607 543)	( 949 268)
Perdas extraordinários de reformas antecipadas	-	( 186 327)	( 186 327)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>( 323 975)</b>	<b>( 1 024 229)</b>	<b>( 1 348 204)</b>

A evolução dos ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço durante o exercício de 2015 pode ser analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2015		Total
	GNB - FII	GNB - FIM	
<b>Em 1 de janeiro</b>	-	-	-
Custo do exercício	37 765	( 249 381)	( 211 616)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas	308 202	1 025 126	1 333 328
Ganhos e perdas actuariais reconhecidos em outro rendimento Integral	( 345 967)	( 775 745)	( 1 121 712)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A evolução das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2012
Responsabilidades	(17 169 061)	(16 554 128)	(16 109 293)	(11 450 362)	(9 369 825)
Saldo dos fundos	15 820 857	16 554 128	16 109 293	12 364 336	10 774 162
<b>Responsabilidades (sub) / sobre financiadas</b>	<b>( 1 348 204)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>913 974</b>	<b>1 404 337</b>
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício decorrentes das responsabilidades	456 084	584 538	4 166 016	1 413 581	423 643
(Ganhos) / Perdas actuariais do exercício decorrentes dos activos do fundo	493 184	537 174	( 328 742)	( 261 449)	( 615 487)

**NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS**

O valor desta rubrica no consolidado e individual apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
Cedência de recursos humanos	780 287	604 867	897 063	827 440
Rendas e alugueres	674 376	674 022	135 393	138 858
Deslocações e representação	88 845	75 643	8 243	14 222
Serviços de gestão às participadas	115 198	169 740	-	-
Publicidade e edição de publicações	71 170	42 569	8 725	4 989
Conservação e reparação	130 315	112 057	91 916	90 243
Comunicações	904 344	955 754	45 545	66 424
Água, energia e combustíveis	63 468	75 784	47 511	59 550
Outros fornecimentos de terceiros	30 965	47 957	18 560	31 571
Material de consumo corrente	33 794	91 286	19 635	29 954
Formação do pessoal	8 270	14 799	828	1 955
Serviços especializados:				
Informática	779 143	759 074	195 375	233 490
Consultores e auditores externos	695 098	672 085	186 568	103 560
Avenças e honorários	349 058	482 106	33 300	43 956
Segurança e vigilância	19 191	19 400	19 191	19 191
Mão de obra eventual	69 398	103 359	-	21 413
Banco de dados	38 589	37 443	4 403	3 800
Estudos e consultas	32 580	41 573	-	-
Avaliadores externos	5 271	4 999	-	-
Outros serviços especializados	248 641	566 256	29 310	53 882
Outros serviços de terceiros	698 000	471 074	9 156	9 711
<b>Saldo Total</b>	<b>5 836 001</b>	<b>6 021 847</b>	<b>1 750 722</b>	<b>1 754 209</b>

No consolidado, o montante de 115 198 euros (2015: 169 740 euros) registado na rubrica de Serviços de gestão às participadas, reflete o imposto suportado pela GNB FIM, GNB FII e GNB FP, entidades cuja atividade principal é isenta de IVA, em transações com a GNBGA SGPS ao abrigo do contrato de prestação de serviços existente entre este Grupo e as suas participadas (ver Nota 28).

Em 2016 a rubrica “Outros serviços especializados” nas contas consolidadas inclui um montante de 248 641 euros (2015: 566 256 euros). O decréscimo registado face ao ano de 2015 é explicado pela diminuição dos custos incorridos com “Serviços de ACE não Informático” por durante o exercício de 2016 a GNB FIM e a GNB FP terem deixado de recorrer a este ACE para a prestação de serviços de back-office.

A rubrica de “Outros serviços de terceiros” inclui o montante faturado por serviços de outsourcing – Novo Banco Vanguarda (Espanha). O acréscimo registado nesta rubrica face ao exercício de 2015 é explicado, nomeadamente, pelo facto de durante o exercício de 2016 a – Novo Activos Financieros, España, SA ter passado a consolidar pelo método integral.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis no consolidado e individual apresentam-se como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
Até um ano	108 535	188 662	18 100	42 456
De um a cinco anos	81 099	272 198	11 607	66 586
	<b>189 634</b>	<b>460 860</b>	<b>29 707</b>	<b>109 042</b>

Os honorários cobrados nos exercícios de 2016 e 2015 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no art.º 66.- A do código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

(Montantes expressos em euros)

	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
Revisão legal das contas anuais	294 934	263 844	37 000	38 250
Outros serviços de garantia de fiabilidade	82 962	67 957	4 500	7 625
Consultoria fiscal	-	7 012	-	7 012
	<b>377 896</b>	<b>338 813</b>	<b>41 500</b>	<b>52 887</b>

### NOTA 13 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica no consolidado e individual apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Consolidado			Individual		
	Custo de aquisição	Preço venda	Ganho/(Perda) na Alienação	Custo de aquisição	Preço venda	Ganho/(Perda) na Alienação
<b>Instrumentos de Capital</b>						
Unidades de participação	489 731	506 950	17 219	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>489 731</b>	<b>506 950</b>	<b>17 219</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos de Capital</b>						
Unidades de participação	51 805 295	53 048 342	1 243 047	51 316 714	52 541 408	1 224 694
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>51 805 295</b>	<b>53 048 342</b>	<b>1 243 047</b>	<b>51 316 714</b>	<b>52 541 408</b>	<b>1 224 694</b>

### NOTA 14 – RESULTADOS POR ACÇÃO

#### Resultados por ação básicos

Os resultados básicos por ação são calculados efetuando a divisão do resultado líquido atribuível aos acionistas do consolidado e individual pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		Individual	
	2016	2015	2016	2015
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Sociedade	8 615 454	15 486 885	21 459 513	26 477 426
Número médio de ações ordinárias em circulação	2 350 000	2 350 000	2 350 000	2 350 000
<b>Resultado por ação básico atribuível aos accionistas</b>	<b>3,67</b>	<b>6,59</b>	<b>9,13</b>	<b>11,27</b>

#### Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas da GNBGA SGPS.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a GNBGA SGPS não detinha ações ordinárias potenciais, pelo que, o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

## NOTA 15 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2016 e 2015 no consolidado e individual é analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		Individual	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no país</b>				
Depósitos à ordem	24 329 128	95 071 774	6 007 956	78 317 628
<b>Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro</b>				
<b>Depósitos à ordem</b>				
Espanha	2 711 605	22 069	22 039	22 069
Luxemburgo	1 681 172	2 676 122	-	-
Angola	-	156 666	-	-
	<b>4 392 777</b>	<b>2 854 857</b>	<b>22 039</b>	<b>22 069</b>
<b>Saldo Total</b>	<b>28 721 905</b>	<b>97 926 631</b>	<b>6 029 995</b>	<b>78 339 697</b>

## NOTA 16 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 a movimentação da rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda no consolidado e individual é apresentada como segue:

(montantes expressos em euros)

Ativos financeiros disponíveis p/venda	Consolidado													
	31.12.2015					Alienações		Amortizações		31.12.2016				
	Quantidade	Cotação	Valor mercado	Juros corridos	Valor balanço	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Cotação	Valor mercado	Juros corridos	Valor balanço		
<b>Instrumentos de dívida</b>														
De dívida pública portuguesa	-													
Obrigações do tesouro														
OT 4,20 Outubro 2016	450 000	1,0327	464 715	3 946	468 661	-	450 000	-	-	-	-	-		
OT 4,45 Junho 2018	450 000	1,1035	496 575	10 146	506 721	-	-	450 000	1,0648	479 151	10 998	490 149		
	<b>900 000</b>	<b>-</b>	<b>961 290</b>	<b>14 092</b>	<b>975 382</b>	<b>-</b>	<b>450 000</b>	<b>450 000</b>	<b>1,0648</b>	<b>479 151</b>	<b>10 998</b>	<b>490 149</b>		
<b>Instrumentos de capital</b>														
NB - Tesouraria Ativa	701 776	7,6464	5 366 062	-	5 366 062	65 445	-	636 331	7,7364	4 922 913	-	4 922 913		

(montantes expressos em euros)

Ativos financeiros disponíveis p/venda	Individual									
	31.12.2015				Aquisições	Aliações	31.12.2016			
	Quantidade	Cotação	Valor mercado	Valor balanço	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Valor mercado	Juros corridos	Valor balanço
NB - Tesouraria Ativa	6 803 899	7,6386	51 972 259	51 972 260	-	6 803 899	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica no consolidado e individual apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado				
	Custo <sup>(a)</sup>	Reserva de justo valor		Imparidade <sup>(b)</sup>	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
<b>Instrumentos de dívida</b>					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do tesouro	482 706	7 443	-	-	490 149
<b>Instrumentos de capital</b>					
<b>Emitidos por residentes</b>					
Unidades de Participação					
Portucale	4 796 476	126 437	-	-	4 922 913
Outros	12 400	-	-	-	12 400
Outros	2 667	-	-	-	2 667
<b>Emitidos por não residentes</b>					
Outros	1 000	-	-	-	1 000
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5 295 249</b>	<b>133 880</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 429 129</b>
<b>Instrumentos de dívida</b>					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do tesouro	961 454	13 928	-	-	975 382
<b>Instrumentos de capital</b>					
<b>Emitidos por residentes</b>					
Unidades de Participação					
Portucale	5 286 207	79 855	-	-	5 366 062
Outros	12 400	-	-	-	12 400
Outros	2 667	-	-	-	2 667
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6 262 728</b>	<b>93 783</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 356 511</b>

(a) – Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

(b) – A imparidade corresponde às menos valias potenciais com os instrumentos de capital em carteira reconhecidas em resultados, conforme política contabilística descrita na nota 3.4.

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda, reflete a aplicação em obrigações do tesouro no montante de 490 149 euros (2015: 975 382 euros) e em unidades de participação de fundos de investimento mobiliários no montante de 4 922 913 euros (2015: 5 366 062 euros).

Do montante de obrigações do tesouro em balanço, o total de 490 149 euros (2015: 468 661 euros) encontra-se a garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99 de 22 de junho e Regulamento n.º 2 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 20 de janeiro de 2000, relativamente às quais o penhor associado ascende a 251 053 euros (2015: 261 557 euros) (ver Nota 26).

Durante os exercícios de 2016 e 2015, não foram registadas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

(Montantes expressos em Euros)

	Individual			Valor balanço
	Custo	Reserva de justo valor		
		Positiva	Negativa	
<b>Acções</b>				
Portucale	12 400	-	-	12 400
GNB, Companhia de seguros, S.A.	2 667	-	-	2 667
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2016</b>	<b>15 067</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15 067</b>
<b>Acções</b>				
Portucale	12 400	-	-	12 400
GNB, Companhia de seguros, S.A.	2 667	-	-	2 667
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2015</b>	<b>15 067</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15 067</b>

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem uma participação de 4,96% no capital social da Portucale - Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. e uma participação de 0,0033% no capital social do GNB, Companhia de Seguros, S.A..

No exercício de 2015 a GNBGA SGPS resgatou a totalidade das unidades de participação detidas, resultando num aumento da rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.(ver Nota 15)

A 31 de dezembro de 2016 e 2015 o escalonamento dos Ativos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento no consolidado e individual é como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Consolidado		Individual	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
De 3 meses a um ano	-	478 807	-	-
De um ano a cinco anos	490 149	496 575	-	-
Duração indeterminada	4 938 980	5 381 129	15 067	15 067
<b>Saldo Total</b>	<b>5 429 129</b>	<b>6 356 511</b>	<b>15 067</b>	<b>15 067</b>

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda no consolidado e individual, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(Montantes expressos em Euros)

	<b>Consolidado</b>					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Cotado	Não cotado	Total	Cotado	Não cotado	Total
<b>Instrumentos de dívida</b>						
De dívida pública portuguesa						
Obrigações do tesouro	490 149	-	490 149	975 382	-	975 382
<b>Instrumentos de capital</b>						
<b>Emitidos por residentes</b>						
Unidades de Participação	4 922 913	-	4 922 913	5 366 062	-	5 366 062
Portucale	-	12 400	12 400	-	12 400	12 400
Outros	-	2 667	2 667	-	2 667	2 667
<b>Emitidos por não residentes</b>						
Outros		1 000	1 000	-	-	-
	<b>5 413 062</b>	<b>16 067</b>	<b>5 429 129</b>	<b>6 341 444</b>	<b>15 067</b>	<b>6 356 511</b>

(Montantes expressos em Euros)

	<b>Individual</b>					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Cotado	Não cotado	Total	Cotado	Não cotado	Total
<b>Ações</b>						
Portucale	-	12 400	12 400	-	12 400	12 400
GNB, Companhia de seguro	-	2 667	2 667	-	2 667	2 667
	<b>-</b>	<b>15 067</b>	<b>15 067</b>	<b>-</b>	<b>15 067</b>	<b>15 067</b>

## NOTA 17 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica no consolidado apresenta-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	<b>Consolidado</b>	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Aplicações em instituições de crédito no país</b>		
Depósitos a prazo	15 400 000	19 640 500
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	17 532	30 084
<b>Saldo Total</b>	<b>15 417 532</b>	<b>19 670 584</b>

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito no consolidado por prazos de vencimento a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresenta-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Até 3 meses	6 500 000	-
De 3 meses a um ano	8 900 000	19 640 500
<b>Saldo Total</b>	<b>15 400 000</b>	<b>19 640 500</b>

## NOTA 18 – ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, no consolidado, analisa-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Imóveis</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	202 162	202 162
	<u>202 162</u>	<u>202 162</u>
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e material	1 287 788	1 296 361
Equipamento informático	1 825 029	993 917
Instalações interiores	682 516	682 516
Máquinas e ferramentas	354 549	354 549
Material de transporte	54 191	54 191
Equipamento de segurança	24 803	24 803
Outros activos tangíveis	159 485	29 526
	<u>4 388 361</u>	<u>3 435 863</u>
Depreciação acumulada	(4 394 813)	(3 410 074)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>195 710</b>	<b>227 951</b>

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

Consolidado									
	Imóveis	Mobiliário e material	Equipamento Informático	Instalações Interiores	Máquinas e ferramentas	Material de Transporte	Equipamento de segurança	Outros Activos Tangíveis	Total
<b>Custo de aquisição</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	202 162	1 296 361	993 917	682 516	354 549	54 191	24 803	29 526	3 638 025
Adições	-	69 525	989 301	-	-	-	-	129 959	1 188 785
Abates/Vendas	-	( 78 098)	( 158 189)	-	-	-	-	-	( 236 287)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202 162	1 287 788	1 825 029	682 516	354 549	54 191	24 803	159 485	4 590 523
<b>Depreciações</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	202 162	1 266 487	914 575	583 075	349 969	43 012	21 268	29 526	3 410 074
Depreciações do exercício	-	24 837	47 656	32 185	1 552	8 461	844	-	115 535
Abates/Vendas	-	( 78 098)	( 158 189)	-	-	-	-	-	( 236 287)
Integração dos ativos da NAFE	-	( 1 509)	( 5 513)	( 4 785)	-	-	-	1 117 298	1 105 491
Saldo em 31 de dezembro de 2016	202 162	1 211 717	798 529	610 475	351 521	51 473	22 112	1 146 824	4 394 813
<b>Saldo Líquido</b>	-	<b>76 071</b>	<b>1 026 500</b>	<b>72 041</b>	<b>3 028</b>	<b>2 718</b>	<b>2 691</b>	<b>( 987 339)</b>	<b>195 710</b>

Durante o exercício de 2015, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

Consolidado									
	Imóveis	Mobiliário e material	Equipamento Informático	Instalações Interiores	Máquinas e ferramentas	Material de Transporte	Equipamento de segurança	Outros Activos Tangíveis	Total
<b>Custo de aquisição</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2015	202 162	1 296 361	1 151 084	682 516	354 294	54 191	24 803	29 526	3 794 937
Adições	-	-	10 823	-	255	-	-	-	11 078
Abates/Vendas	-	-	( 167 990)	-	-	-	-	-	( 167 990)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	202 162	1 296 361	993 917	682 516	354 549	54 191	24 803	29 526	3 638 025
<b>Depreciações</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2015	202 162	1 233 274	1 041 558	553 984	346 879	34 112	20 423	29 526	3 461 918
Depreciações do exercício	-	33 213	41 007	29 091	3 090	8 900	845	-	116 146
Abates/Vendas	-	-	( 167 990)	-	-	-	-	-	( 167 990)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	202 162	1 266 487	914 575	583 075	349 969	43 012	21 268	29 526	3 410 074
<b>Saldo Líquido</b>	-	<b>29 874</b>	<b>79 342</b>	<b>99 441</b>	<b>4 580</b>	<b>11 179</b>	<b>3 535</b>	-	<b>227 951</b>

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, no Individual, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em euros)

	<b>Individual</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Imóveis</b>		
Beneficiações em edifícios arrendados	111 067	111 067
	<u>111 067</u>	<u>111 067</u>
<b>Equipamento</b>		
Equipamento informático	791 523	949 459
Instalações interiores	674 945	674 945
Mobiliário e material	557 038	558 070
Máquinas e ferramentas	227 147	227 147
Material de transporte	14 500	14 500
Equipamento de segurança	22 477	22 477
Outros ativos tangíveis	5 641	5 641
	<u>2 293 271</u>	<u>2 452 239</u>
Depreciação acumulada	(2 280 901)	(2 341 760)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>123 437</b>	<b>221 546</b>

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em euros)

	<b>Individual</b>								<b>Total</b>
	<b>Imóveis</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Instalações</b>	<b>Mobiliário</b>	<b>Máquinas</b>	<b>Material</b>	<b>Equipamento</b>	<b>Outros</b>	
		<b>Informático</b>	<b>Interiores</b>	<b>e material</b>	<b>e ferramentas</b>	<b>de Transporte</b>	<b>de segurança</b>	<b>Activos Tangíveis</b>	
<b>Custo de aquisição</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	111 067	949 459	674 945	558 070	227 147	14 500	22 477	5 641	2 563 306
Abates/Vendas	-	( 157 936)		( 1 032)	-	-	-	-	( 158 968)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	<u>111 067</u>	<u>791 523</u>	<u>674 945</u>	<u>557 038</u>	<u>227 147</u>	<u>14 500</u>	<u>22 477</u>	<u>5 641</u>	<u>2 404 338</u>
<b>Amortizações</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2016	111 067	871 684	575 505	528 196	222 569	8 156	18 942	5 641	2 341 760
Amortizações do exercício	-	41 360	27 399	23 328	1 552	3 625	844	-	98 108
Abates/Vendas	-	( 157 935)	-	( 1 032)	-	-	-	-	( 158 967)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31 de dezembro de 2016	<u>111 067</u>	<u>755 109</u>	<u>602 904</u>	<u>550 492</u>	<u>224 121</u>	<u>11 781</u>	<u>19 786</u>	<u>5 641</u>	<u>2 280 901</u>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>-</b>	<b>36 414</b>	<b>72 041</b>	<b>6 546</b>	<b>3 026</b>	<b>2 719</b>	<b>2 691</b>	<b>-</b>	<b>123 437</b>

Durante o exercício de 2015, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em euros)

	Individual								Total
	Imóveis	Equipamento Informático	Instalações Interiores	Mobiliário e material	Máquinas, aparelhos e ferramentas	Material de Transporte	Equipamento de segurança	Outros Activos Tangíveis	
	<b>Custo de aquisição</b>								
Saldo em 1 de janeiro de 2015	111 067	1 106 626	674 945	558 070	226 893	14 500	22 477	5 641	2 720 219
Adições	-	10 823	-	-	254	-	-	-	11 077
Abates/Vendas	-	(167 990)	-	-	-	-	-	-	(167 990)
Saldo 31 de dezembro de 2015	111 067	949 459	674 945	558 070	227 147	14 500	22 477	5 641	2 563 306
<b>Amortizações</b>									
Saldo em 1 de janeiro de 2015	111 067	999 452	546 414	494 983	219 479	4 531	18 098	5 641	2 399 665
Amortizações do exercício	-	40 222	29 091	33 213	3 090	3 625	844	-	110 085
Abates/Vendas	-	(167 990)	-	-	-	-	-	-	(167 990)
Saldo 31 de dezembro de 2015	111 067	871 684	575 505	528 196	222 569	8 156	18 942	5 641	2 341 760
<b>Saldo Líquido</b>	-	<b>77 775</b>	<b>99 440</b>	<b>29 874</b>	<b>4 578</b>	<b>6 344</b>	<b>3 535</b>	-	<b>221 546</b>

## NOTA 19 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, no consolidado, analisa-se como se segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistemas de tratamento automático de dados	4 508 372	2 545 699
Goodwill da aquisição da NAFE	6 009 294	-
	10 517 666	2 545 699
Activos intangíveis em curso	-	48 204
Amortizações acumuladas	(4 275 195)	(2 397 783)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>6 242 471</b>	<b>196 120</b>

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado			Total
	Sistemas de tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Goowill aquisição 100% NAFE	
<b>Custo de aquisição</b>				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	2 545 699	48 204	-	2 593 903
Adições	1 918 663	2 125	6 009 294	7 930 082
Abates/Vendas	( 938)	( 5 381)		( 6 319)
Transferências	44 948	( 44 948)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4 508 372	-	6 009 294	10 517 666
<b>Amortizações</b>				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	2 397 783	-		2 397 783
Amortizações do exercício	97 160	-		97 160
Abates/Vendas	( 938)	-		( 938)
Integração dos ativos da NAFE	1 781 190	-		1 781 190
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4 275 195	-	-	4 275 195
<b>Saldo Líquido</b>	<b>233 177</b>	<b>-</b>	<b>6 009 294</b>	<b>6 242 471</b>

Durante o exercício de 2015, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado		
	Sistemas de tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	2 402 583	107 028	2 509 611
Adições	27 745	56 547	84 292
Abates/Vendas	-	-	-
Transferências	115 371	( 115 371)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2 545 699	48 204	2 593 903
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	2 341 612	-	2 341 612
Amortizações do exercício	56 171	-	56 171
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2 397 783	-	2 397 783
<b>Saldo Líquido</b>	<b>147 916</b>	<b>48 204</b>	<b>196 120</b>

Esta rubrica, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, no Individual, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em euros)		
Individual		
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Adquiridos a terceiros</b>		
Sistemas de tratamento automático de dados	1 837 780	1 819 858
Ativos intangíveis em curso	-	18 860
Amortização acumulada	(1 809 634)	(1 796 004)
<b>Saldo Líquido</b>	<b>28 146</b>	<b>42 714</b>

Durante o exercício de 2016, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em euros)			
Individual			
	Sistemas de tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 819 858	18 860	1 838 718
Abates/Vendas	( 938)	-	( 938)
Transferências	18 860	( 18 860)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 837 780	-	1 837 780
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1 796 004	-	1 796 004
Amortizações do exercício	14 568	-	14 568
Abates/Vendas	( 938)	-	( 938)
Transferências	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1 809 634	-	1 809 634
<b>Saldo Líquido</b>	<b>28 146</b>	<b>-</b>	<b>28 146</b>

Durante o exercício de 2015, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(Montantes expressos em euros)			
Individual			
	Sistemas de tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Custo de aquisição</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1 800 449	1 739	1 802 188
Adições	9 910	26 620	36 530
Abates/Vendas	-	-	-
Transferências	9 499	( 9 499)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 819 858	18 860	1 838 718
<b>Amortizações</b>			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	1 775 019	-	1 775 019
Amortizações do exercício	20 985	-	20 985
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1 796 004	-	1 796 004
<b>Saldo Líquido</b>	<b>23 854</b>	<b>18 860</b>	<b>42 714</b>

## NOTA 20 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

A rubrica investimentos em associadas no consolidado decompõe-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Capital Próprio *		Resultado Líquido Exercício		% detida	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Económico SGFI, S.A.	6 964 942	4 292 569	2 647 451	3 875 774	35%	35%
Económico SGFP, S.A.	( 883 142)	( 370 577)	356 800	162 145	35%	35%
Novo Activos Financieros, S.A.	-	52 843 000	-	(1 727 000)	100%	50%
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.	( 151 891)	( 151 891)	( 6 784)	( 6 784)	50%	50%
	<b>5 929 909</b>	<b>56 613 101</b>	<b>2 997 467</b>	<b>2 304 135</b>		

(Montantes expressos em Euros)

	Custo de Aquisição		Valor de Balanço		RLE Apropriado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Económico SGFI, S.A.	271 967	271 967	3 364 339	2 858 920	926 608	1 356 521
Económico SGFP, S.A.	374 475	374 475	-	-	-	-
Novo Activos Financieros, S.A.	-	42 765 456	-	25 558 000	( 782 000)	( 863 500)
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.	4 200	4 200	-	-	-	-
	<b>650 642</b>	<b>43 416 098</b>	<b>3 364 339</b>	<b>28 416 920</b>	<b>144 608</b>	<b>493 021</b>

\* Capital próprio excluído do resultado líquido do exercício

O movimento da rubrica de Investimentos em associadas no consolidado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Saldo em 1 de janeiro	28 416 920	31 473 011
Resultados de participações em associadas	144 608	493 021
Variação cambial	( 300 856)	( 518 544)
Distribuição de Dividendos	(19 881 583)	(3 000 000)
Anulação da equivalência patrimonial NAFE	(5 014 750)	( 30 568)
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>3 364 339</b>	<b>28 416 920</b>

A rubrica "Resultados de participações em associadas" evidencia um decréscimo face ao ano de 2015, que resulta do prejuízo da participada " Novo Activos Financieros España, S.A.", no montante negativo de 782 000 euros (2015: (863 500) euros) e da diminuição do resultado da "Económico SGFI, S.A." no montante de 926 608 euros (2015:1 356 521 euros).

A rubrica "Variação cambial" evidencia uma evolução favorável face ao ano anterior, que se explica pela valorização cambial do Kwanza face ao USD na participada angolana "Económico SGFI, S.A.", no montante de 300 856 euros.

A participada " Novo Ativos Financieros, S.A. distribuiu dividendos à GNBGA SGPS em 2016, no montante de 19 761 250 euros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os valores das participações detidas pela GNBGA SGPS (Individual), no capital de outras empresas são apresentadas como segue:

	(Montantes expressos em Euros)					
	31.12.2016			31.12.2015		
	Nº de ações	Participação direta no capital	Custo da participação	Nº de ações	Participação direta no capital	Custo da participação
GNB - Soc. Gestora de Fundos Invest. Imobiliário, S.A.	500 000	100%	1 250 000	500 000	100%	1 250 000
GNB - Soc. Gestora de Fundos Invest. Mobiliário, S.A.	600 000	100%	6 305 406	600 000	100%	6 305 406
GNB - Soc. Gestora de Gestão Patrimónios, S.A.	625 000	100%	3 310 616	625 000	100%	3 310 616
GNB - Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	200 000	100%	3 506 402	200 000	100%	3 506 402
GNB - Soc. Gestora de Part. Internacionais, SGPS, S.A.	-	-	-	10 000	100%	24 940
Novo Activos Financieros, España, S.A.	1 950 000	100%	53 801 206	975 000	50%	42 765 456
GNB - International Management, S.A.	500	100%	125 370	-	-	-
Económico SGFI, S.A.	350	35%	271 967	-	-	-
Económico SGFP, S.A.	350	35%	374 475	-	-	-
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.	5 000	50%	4 200	-	-	-
			<b>68 949 642</b>			<b>57 162 820</b>
<b>Imparidade</b>						
GNB - Soc. Gestora de Fundos Invest. Mobiliário, S.A.			(3 961 033)			(2 296 673)
Novo Activos Financieros, S.A.			(31 729 706)			(15 827 460)
Económico SGFP, S.A.			( 374 475)			-
ESIAM - E.S.Int.Asset Management, Ltd.			( 4 200)			-
			<b>(36 069 414)</b>			<b>(18 124 133)</b>
			<b>32 880 228</b>			<b>39 038 687</b>

Em 18 de julho de 2016 a GNBGA SGPS procedeu à dissolução da GNB – Participações Internacionais, SGPS, S.A. pela liquidação e partilha imediata dos seus bens, tendo todas as participações detidas pela GNB PI sido transferidas para o balanço da GNBGA SGPS.

Em resultado da análise de imparidade efetuada à participação detida na “Novo Activos Financieros, S.A”., com referência a 31 de dezembro de 2016, foi reforçado o montante de 15 902 245 euros, face ao valor acumulado em 31 de dezembro de 2015 de 15 827 460 euros. Em 31 de dezembro de 2016, o montante total da imparidade nesta participação financeira era de 31 729 706 euros.

Em 31 de dezembro foi também reforçada a imparidade da GNB FIM, no montante de 1 664 361 euros, face ao valor acumulado em 31 de dezembro de 2015 de 2 296 672 euros. Em 31 de dezembro de 2016, o montante total da imparidade da participação financeira era de 3 961 033 euros.

## NOTA 21 – OUTROS ATIVOS

A rubrica “Outros ativos” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 no consolidado é analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Prestações acessórias de capital	1 016 088	1 016 088
Suprimentos	258 514	250 299
I/A a recuperar	-	105 035
Fundos Imobiliários fechados	2 324 568	1 694 054
GNB, Companhia de Seguros Vida, S.A.	27 703	12 889
Gestão discricionária	845 766	862 453
Outros devedores diversos	2 480 619	1 546 620
	<u>6 953 258</u>	<u>5 487 438</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(2 439 217)	(2 238 116)
	<u>4 514 041</u>	<u>3 249 322</u>
<b>Proveitos a receber</b>		
Comissões de gestão	2 744 068	2 663 760
Comissões de administração de valores	1 155 405	1 455 102
Comissões de Performance	128 598	77 237
Outros proveitos a receber	25 636	48 053
	<u>4 053 707</u>	<u>4 244 152</u>
<b>Despesas com custo diferido</b>	178 738	52 398
<b>Outras contas de regularização</b>	87 901	10 135
<b>Saldo Total</b>	<b>8 834 387</b>	<b>7 556 007</b>

As “Prestações acessórias de capital” foram concedidas à Portucale, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., na qual a GNBGA SGPS detém uma participação de 4,96%. Esta participação encontra-se registada na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

A rubrica “Suprimentos”, regista um empréstimo efetuado à ESIAM – ES International Asset Management, Ltd no montante inicial de 272 500 USD (2016: 258 514 euros e 2015: 250 299 euros), sem data de reembolso prevista e não remunerado, que em 31 de dezembro de 2016 e 2015 se encontra totalmente provisionada, dada a precária situação financeira da empresa.

Os proveitos a receber, dizem respeito essencialmente a comissões de gestão dos fundos geridos pela GNBGA SGPS e as suas subsidiárias.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para devedores e outras aplicações no consolidado são apresentados como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Saldo no início do exercício</b>	2 238 116	1 768 010
Constituição	473 926	444 630
Utilização	( 281 042)	( 377)
Variação cambial e outros	8 217	25 853
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2 439 217</b>	<b>2 238 116</b>

Em 31 de dezembro de 2016 o montante para imparidade de devedores ascende a 2 180 702 euros (31 de dezembro de 2015: 1 987 817 euros) correspondendo aos valores em atraso de recebimento de comissões de gestão de 5 fundos de investimento imobiliário fechados.

Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se constituída uma imparidade no montante de 473 927 euros para valores em atraso no recebimento de comissões de gestão de fundos imobiliários (31 de dezembro de 2015: 444 253 euros e 281 042 euros, que diz respeito a valores em atraso no recebimento de comissões de gestão de fundos imobiliários e um valor restituído pela entidade gestora dos fundos mobiliários a entidades isentas no âmbito de resgates de unidades de participação de acordo com o nº 4 do artigo 22 do Estatuto dos Benefícios Fiscais), respetivamente. No exercício de 2016 o requerimento de “Revisão Oficiosa”, por nós interposto, para recuperação do ativo, no montante de 281 042 euros, foi indeferido pela Autoridade Tributária. Com a certeza da irrecuperabilidade daquele montante, procedeu-se à utilização da imparidade anteriormente criada.

A rubrica “Outros ativos” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 no Individual é analisada como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Devedores e outras aplicações</b>		
Prestações acessórias de capital	2 891 088	2 891 088
Devedores diversos	534 546	813 991
	<b>3 425 634</b>	<b>3 705 079</b>
<b>Proveitos a receber</b>	<b>24 078</b>	<b>44 786</b>
<b>Despesas com custo diferido</b>	<b>18 515</b>	<b>29 894</b>
<b>Outras contas de regularização</b>	<b>4 733</b>	<b>188</b>
	<b>3 472 960</b>	<b>3 779 947</b>

A rubrica “Proveitos a receber” inclui o montante de 24 078 euros (31 de dezembro 2015: 44 786 euros) da Portucale – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização, S.A..

A rubrica Prestações acessórias de capital decompõe-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	Individual	
	31.12.2016	31.12.2015
GNB GP, S.A.	1 875 000	1 875 000
Portucale, SGFTC, S.A.	1 016 088	1 016 088
	<b>2 891 088</b>	<b>2 891 088</b>

De acordo com os Estatutos das Sociedades acima referidas, foram exigidas aos acionistas prestações acessórias de capital, de forma a dar cumprimento a rácios legais impostos pela Entidade Supervisora, o Banco de Portugal.

As prestações acessórias são passíveis de integrar os fundos próprios da Sociedade, desde que a sua restituição apenas possa ter lugar quando a situação líquida da Sociedade não se torne, por força de tal restituição, inferior à soma do capital e reserva legal. Tal restituição deverá ser previamente aprovada pelo Banco de Portugal e apenas ter lugar decorrido um prazo mínimo de 5 anos após a sua realização.

**NOTA 22 – PROVISÕES**

O saldo das provisões no consolidado é como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Provisões para outros riscos e encargos e outras provisões	2 846 334	1 029 438
Provisões para contingências fiscais	252 064	304 515
<b>Saldo Total</b>	<b>3 098 398</b>	<b>1 333 953</b>

A provisão para outros riscos e encargos tem como objetivo fazer face a perdas potenciais decorrentes da atividade normal das empresas do Grupo.

O movimento verificado na rubrica de provisões no consolidado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi o seguinte:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>3 182 070</b>	
Dotações	221 007	
Reversões	(2 069 124)	
Utilizações	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1 333 953</b>	
Dotações	1 633 972	
Reversões	( 597 866)	
Utilizações	( 423 461)	
Integração dos ativos da NAFE	1 151 800	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3 098 398</b>	

No exercício de 2015, a GNB FIM procedeu à reversão de uma provisão constituída no exercício de 2011, no montante de 1 750 000 euros, para fazer face a um processo de contraordenação junto da CMVM, na sequência da decisão final favorável à Sociedade. Foi também anulada a provisão no montante de 190 000 euros pelo pagamento de uma indemnização contratual a um ex-colaborador da GNB FIM.

No exercício de 2015 foi constituída uma provisão no montante de 117 515 euros para uma contingência que poderá decorrer da atividade da SGPS.

O saldo da rubrica de “Provisões para outros riscos e encargos” no exercício de 2015, no montante de 435 619 euros, refere-se a uma provisão constituída no exercício de 2005, no montante de 1 482 885 euros, para fazer face a perdas que pudessem decorrer do processo de falência de uma contraparte dos fundos geridos pela GNB – FP. Em 2016, a GNB-FP utilizou o remanescente da provisão, deduzido de todos os valores recuperados no âmbito do processo acima referido, e considerando o tempo já decorrido e a reduzida probabilidade de recuperações adicionais, procedeu ao reembolso aos fundos dos valores não recuperados.

No exercício de 2016 foi revertida a provisão para “outros riscos e encargos” que se destinava a cobrir a probabilidade de ocorrência de uma contingência relacionada com um processo judicial em curso contra a GNB GP, no montante de 400 000 euros. Em 31 de dezembro de

2016 chegou-se à conclusão de que existia uma maior probabilidade da não ocorrência da contingência em cima referida e, como tal, foi decidido proceder à reversão da provisão.

Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma “Provisão para outros riscos e encargos”, no montante de 1 400 000 euros, relativa ao Fundo imobiliário fechado Fundocantial sob a gestão da GNB FII.

O saldo das provisões no individual é como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Para contingências fiscais	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2015</b>	<b>117 515</b>	<b>117 515</b>
Constituição	187 000	187 000
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>304 515</b>	<b>304 515</b>
Constituição	191 042	191 042
Reversão	( 172 305)	( 172 305)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>323 252</b>	<b>18 737</b>

Em 2015 foi reforçada a provisão no montante de 187 000 euros para uma contingência que poderá decorrer da atividade da Sociedade.

Em 2016 fez-se a reversão de uma provisão para contingências, no montante de 172 305 euros, uma vez que a razão da sua constituição deixou de existir.

Foi constituída uma provisão para “Outros riscos e encargos”, no montante de 191 042 euros, para fazer face aos prejuízos acumulados da participação financeira da Económico SGFP, S.A., estando a sua venda prevista no exercício de 2017.

### NOTA 23 – IMPOSTOS

A GNBGA SGPS está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derrama Municipal e Derrama Estadual, quando aplicável.

O cálculo do imposto corrente no exercício de 2016, foi apurado com base numa taxa nominal de IRC de 21% e Derrama Municipal de 1,5%, de acordo com a alteração promovida pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e a Lei n.º 73/2013, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais) respetivamente.

No que respeita à Derrama Estadual e de acordo com a alteração promovida pela Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, a mesma incide sobre o lucro tributável que excede os 1 500 000 euros, como se segue: (i) sobre o lucro tributável que excede 1 500 000 euros até 7 500 000 euros à taxa de 3%, (ii) sobre o lucro tributável que excede 7 500 000 euros até 35 000 000 euros à taxa de 5%, e (iii) sobre o lucro tributável que excede 35 000 000 euros à taxa de 7%.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro se aplica apenas ao exercício de 2016 e 2015, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2016.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Os encargos do exercício com impostos sobre os lucros, foram calculados tendo em consideração o disposto no Código do IRC e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis às Sociedades.

As declarações de autoliquidação de IRC, da GNBGA SGPS relativas aos exercícios de 2013 e seguintes ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos e de cinco, seis ou doze anos no caso de prejuízos reportáveis, de acordo com a Lei em vigor nos anos a que os mesmos digam respeito.

O imposto sobre o rendimento reportado no consolidado nos resultados de 2016 e 2015 explica-se como se segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Imposto corrente</b>	4 292 610	4 790 906
<b>Imposto diferido</b>		
Origem e reversão de diferenças temporárias	( 452 048)	130 188
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>3 840 562</b>	<b>4 921 094</b>

O imposto sobre o rendimento reportado no individual nos resultados de 2016 e 2015 explica-se como se segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>Individual</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Imposto corrente</b>	26 327	60 831
<b>Imposto diferido</b>		
Prejuízos fiscais reportáveis	( 567 164)	-
<b>Total do imposto registado em resultados</b>	<b>( 540 837)</b>	<b>60 831</b>

O imposto corrente a pagar / (receber) reportado no consolidado no balanço de 2015 e 2014 explica-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Resultado Líquido do exercício atribuível aos accionistas	8 615 454	15 486 885
Estimativa de IRC - Saldo de 2014/2013	-	4 262 765
Estimativa de IRC - Imposto corrente 2015	1 823 754	4 790 896
Estimativa de IRC - Imposto corrente 2016	4 292 610	-
<b>Carga fiscal já paga:</b>		
Pagamento por conta 2015/2014/2013	( 400 000)	( 800 000)
Pagamento por conta	(2 656 686)	(3 744 912)
Pagamentos adicionais por conta	( 180 499)	( 244 908)
Pagamento especial por conta	-	( 18 309)
Retenções na fonte	( 40 604)	( 670 745)
NAFE	175 461	-
<b>Estimativa de imposto a pagar / (a receber)</b>	<b>3 014 036</b>	<b>3 574 787</b>

O imposto corrente a pagar / (receber) reportado no individual no balanço de 2016 e 2015 explica-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>Individual</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Resultado Líquido do exercício	21 459 513	26 477 426
Estimativa de IRC - Impostos correntes	26 327	60 831
<b>Carga fiscal já paga:</b>		
Pagamento Especial por conta	-	( 17 309)
Retenções na fonte	( 8 157)	( 554 558)
<b>Imposto a pagar / (receber)</b>	<b>18 170</b>	<b>( 511 036)</b>

A reconciliação entre o imposto esperado à taxa aplicável e o imposto reconhecido em resultados no consolidado, com referência aos exercícios de 2016 e 2015, analisa-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>12 456 016</b>	<b>20 416 823</b>
<b>Imposto esperado calculado à taxa de imposto corrente(*)</b>	<b>22,5%</b>	<b>22,5%</b>
Imposto sobre o rendimento esperado	2 802 604	4 593 785
Custos não dedutíveis	495 497	285 943
Diferença de taxa	1 209 650	604 645
Proveitos não tributados	( 32 537)	( 90 148)
Outros	( 634 652)	( 473 132)
<b>Imposto corrente reconhecido em resultados</b>	<b>3 840 562</b>	<b>4 921 094</b>

(\*) Taxa de IRC, acrescida da derrama municipal. O efeito da derrama estadual, quando aplicável, encontra-se refletido em “Outros”.

A reconciliação entre o imposto esperado à taxa aplicável e o imposto reconhecido em resultados no individual, com referência aos exercícios de 2016 e 2015, analisa-se como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Individual			
	2016		2015	
<b>Resultado antes de impostos</b>		20 918 676		26 538 257
Imposto esperado calculado à taxa de imposto corrente (*)	22,5%	4 706 702	22,5%	5 971 108
Eliminação dupla tributação de rendimentos distribuídos	-37,2%	(7 787 531)	-22,6%	(5 992 162)
Custos não aceites fiscalmente	13,3%	2 780 103	1,1%	283 598
(Prejuízo) para efeitos fiscais/ Lucro tributável	-1,4%	( 300 726)	1,0%	262 544
Tributações autónomas	0,1%	26 327	0,1%	18 513
IRC + Derrama Municipal	0,0%	-	0,2%	42 318
<b>Imposto corrente reconhecido em resultados</b>		<b>26 327</b>		<b>60 831</b>

(\*) Taxa de IRC, acrescida da derrama municipal. O efeito da derrama estadual, quando aplicável, encontra-se refletido em “Outros”.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no consolidado em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	( 30 123)	( 21 101)	( 30 123)	( 21 101)
Pensões e benefícios de saúde	82 794	103 492			82 794	103 492
Prémios de antiguidade	12 640	115 043	-	-	12 640	115 043
Pré-reforma	5 816	25 571	-	-	5 816	25 571
Outras provisões	132 053	125 010	-	-	132 053	125 010
Prejuízos fiscais	567 164	-	-	-	567 164	-
Novo Ativos Financieros, España	1 701 733		( 2 577)	-	1 699 156	-
<b>Imposto diferido activo/(passivo)</b>	<b>2 502 200</b>	<b>369 116</b>	<b>( 32 700)</b>	<b>( 21 101)</b>	<b>2 469 500</b>	<b>348 015</b>
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	( 2 577)	-	2 577	-	-	-
<b>Activo/(passivo) por imposto diferido</b>	<b>2 499 623</b>	<b>369 116</b>	<b>( 30 123)</b>	<b>( 21 101)</b>	<b>2 469 500</b>	<b>348 015</b>

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Activos por impostos diferidos	2 499 623	369 116
Passivos por impostos diferidos	30 123	21 101
<b>Saldo Líquido de impostos diferidos</b>	<b>2 469 500</b>	<b>348 015</b>

Os ativos por impostos diferidos surgem no seguimento da contabilização dos encargos com prémios de antiguidade e com o reconhecimento da responsabilidade com pré-reformas. A aplicação do IAS 12 veio originar um reconhecimento de um ativo por impostos diferidos que será utilizado à medida que estas responsabilidades forem sendo anuladas.

A alteração da contabilização dos Fundos de pensões de reforma, de acordo com a IAS 19, vem reforçar o imposto diferido, pela aplicação da taxa de imposto em vigor ao montante total dos desvios acumulados imputados em reservas – outro rendimento integral.

O reconhecimento de passivos por impostos diferidos, deve-se ao reconhecimento dos encargos com Fundos de Pensões.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no individual em balanço em 2016 e 2015 podem ser analisados como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Individual	
	Ativo 31.12.2016	Passivo 31.12.2016
Prejuízos fiscais	567 164	-
<b>Saldo líquido de impostos diferidos</b>	<b>567 164</b>	<b>-</b>

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas no consolidado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, teve as seguintes origens:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros disponíveis para venda	-	( 9 022)	-	210 877
Prémios de antiguidade	( 102 404)	-	( 39 057)	-
Pré-reforma	( 19 754)	-	( 36 278)	-
Pensões de reforma	-	( 20 699)	-	( 71 180)
Outras provisões	7 042	-	( 54 853)	-
Prejuízos fiscais	567 164	-	-	-
<b>Saldo Total</b>	<b>452 048</b>	<b>( 29 721)</b>	<b>( 130 188)</b>	<b>139 697</b>

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas no individual durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, teve as seguintes origens:

(Montantes expressos em euros)

	Individual		Individual	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
	Reconhecido em resultados		Reconhecido em reservas	
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	160 615
Prejuízos fiscais	567 154	-	-	-
<b>Saldo Total</b>	<b>567 154</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>160 615</b>

**NOTA 24 – OUTROS PASSIVOS**

Esta rubrica no consolidado decompõe-se como segue:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Iva a pagar	143 778	150 580
Contribuições para a Segurança Social	58 462	129 535
Imposto sobre o rendimento a entregar	122 317	358 181
Credores diversos	2 081 759	596 619
	<u>2 406 316</u>	<u>1 234 915</u>
<b>Custos a pagar</b>		
Comissões a pagar	2 614 902	1 549 823
Prémios por antiguidade	56 175	511 301
Outros custos a pagar	1 532 001	2 144 596
Responsabilidades com pensões de reforma	1 348 557	-
	<u>5 551 635</u>	<u>4 205 720</u>
<b>Receitas com proveito diferido</b>	33 759	4 583
<b>Outras contas de regularização</b>		
Outros	356 194	177 238
	<u>356 194</u>	<u>177 238</u>
	<b>8 347 904</b>	<b>5 622 456</b>

Os montantes apresentados na rubrica comissões a pagar, incluem despesas de comercialização e distribuição a pagar às entidades comercializadoras dos fundos geridos pela GNB FIM e GNB FII das quais se destacam, o Novo Banco, S.A. e o Novo Banco dos Açores, S.A..

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica “Prémios de antiguidade” evidencia um saldo no montante de 56 175 euros, que se refere a um “Prémio de Final de Carreira”, que os trabalhadores da GNB FIM e GNB FII terão direito a receber, se se encontrarem ao serviço da empresa na data da entrada na reforma.

Com a entrada em vigor do novo ACT, em 8 de agosto de 2016, os “Prémios de antiguidade” terminaram, dando lugar a um novo prémio, designado “Prémio de Final de carreira”, que se encontra descrito e regulamentado na Cláusula 74<sup>a</sup>.

Em período anterior à aplicação do novo ACT para o setor bancário e no que respeita ao “Prémio de antiguidade”, este correspondia a 1, 2 ou 3 meses de remuneração mensal efetiva quando o trabalhador completasse, respetivamente, 15, 25 ou 30 anos de antiguidade na banca.

No âmbito das disposições transitórias previstas no novo ACT, e relativas aos “Prémios de antiguidade” foi pago em 2016 aos empregados o montante de 511 301 euros, que se encontrava especializado em 31 de dezembro de 2015.

A rubrica “Outros custos a pagar” regista essencialmente estimativas com serviços prestados decorrentes da atividade do Grupo, bem como a periodificação do subsídio de férias no montante de 575 647 euros em 31 de dezembro de 2016 (2015: 655 278 euros), a pagar durante o exercício de 2017.

Esta rubrica no individual decompõe-se como segue:

	(Montantes expressos em euros)	
	<b>Individual</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Credores e outros recursos</b>		
Credores por fornecimento de bens	133 883	201 011
Económico SGFI	34 988	-
IVA a pagar	105 925	146 347
Contribuições para a Segurança Social	19 674	54 405
IRS a entregar	15 378	15 822
	<b>309 848</b>	<b>417 585</b>
<b>Custos a pagar</b>		
Custos com pessoal	133 192	389 464
Outros custos a pagar	208 037	157 271
	<b>341 229</b>	<b>546 735</b>
	<b>651 077</b>	<b>964 320</b>

A rubrica de “Credores por fornecimentos de bens” à data de 31 de dezembro de 2016 inclui saldos com empresas do Grupo de empresas a que a Sociedade pertence, no montante de 106 278 euros (2015: 77 180 euros).

A rubrica “Custos com pessoal” inclui um montante de 133 192 euros, referente à periodificação do subsídio de férias a pagar durante o exercício de 2017, respeitante a 2016, sendo que em 2015 este valor ascendia a 128 595 euros.

A adoção das NCA obriga ao reconhecimento no ano a que diz respeito da estimativa para a distribuição de resultados aos colaboradores que é efetuada no ano seguinte, depois de aprovadas as contas. No exercício de 2016 e 2015, o Conselho de Administração entendeu não atribuir nenhum montante para a distribuição de resultados aos colaboradores.

## NOTA 25 – CAPITAL, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

### Ações Ordinárias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social do Grupo encontra-se representado por 2 350 mil ações com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam totalmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	<b>% de Capital</b>	<b>% de Capital</b>
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Grupo Novo Banco		
Novo Banco, S.A.	100%	89,987%
Novo Banco dos Açores, S.A.	-	0,004%
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.	-	0,004%
Seguradoras Unidas	-	10,004%
	<b>100%</b>	<b>100%</b>

No exercício de 2016 o Novo Banco, S.A. adquiriu as ações ao Novo Banco dos Açores, S.A. e ao BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A., passando a deter os 100% do capital do Grupo (31 de Dezembro 2015:89,987%). Em 11 de Maio de 2016, no âmbito do contrato de venda pelo Novo Banco, S.A. da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. à Calm Eagle Holdings, SARL, o Novo Banco ficou detentor das ações da GNBGA SGPS detidas pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

No dia 3 de agosto de 2014, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, SA (BES), em que a generalidade da atividade e do património daquela entidade foi transferida, de forma imediata e definitiva, para o Novo Banco, SA (Novo Banco), a GNBGA SGPS passou a fazer parte do Grupo Novo Banco.

O Novo Banco, enquanto banco de transição, tem uma duração limitada de dois anos, prorrogável por períodos de um ano, com base em fundadas razões de interesse público, até ao máximo de cinco anos, conforme disposto no artigo 145.º-G, n.º12 do RGICSF. De acordo com os compromissos assumidos pelo Estado Português perante a Comissão Europeia, a alienação do Novo Banco deveria ocorrer num prazo máximo de dois anos desde a data da sua constituição. Este prazo foi alargado por decisão da Comissão Europeia comunicada a 21 de dezembro de 2015, até agosto de 2017, encontrando-se a decorrer o processo de venda que se espera seja concluído até à nova data estabelecida.

#### *Reserva Legal*

Em conformidade com o Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais o montante de reserva legal da GNBGA SGPS e das suas participadas locais, GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Capital Mais – Assessoria Financeira, S.A. (liquidada em dezembro de 2015), e GNB - Participações Internacionais, SGPS, S.A. (dissolvida em Julho de 2016), é anualmente creditado em pelo menos 5% do lucro líquido anual, até que este represente a quinta parte do capital.

Para as restantes participadas, GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. e GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e, segundo a legislação vigente para o setor bancário (Artigo 97º do Decreto Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro), a reserva legal é anualmente creditada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

#### *Reservas de justo valor*

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

A evolução das Outras Reservas e resultados transitados encontra-se detalhada no mapa de Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

#### *Interesses que não controlam*

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam no consolidado por subsidiária é como segue:

	(Montantes expressos em Euros)			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
GNB - International Management, S.A.	-	-	10 718	8 844
	-	-	<b>10 718</b>	<b>8 844</b>

Em dezembro de 2016, na sequência da aquisição em Agosto pela GNBGA SGPS da participação minoritária (uma acção) existente na GNB IM, deixam de existir Interesses não controlados.

**NOTA 26 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS**

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(Montantes expressos em Euros)	
	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Passivos e avales prestados</b>		
Garantias e avales prestados	4 407 752	4 407 752
Activos dados em garantia	251 053	261 557
	<u>4 658 805</u>	<u>4 669 309</u>
<b>Compromissos</b>		
Compromissos irrevogáveis	504 012	529 695
<b>Saldo Total</b>	<b>5 162 817</b>	<b>5 199 004</b>

A rubrica Garantias e avales diz respeito a garantias prestadas pela GNB FII, no valor de 4 407 752 euros (2015: 4 407 752 euros), relacionadas com obras de infra-estruturas várias dos imóveis detidos pelo Fundo NB Património e, cuja responsabilidade na prestação de garantias cabe à sociedade gestora.

Ao abrigo do Sistema de Indemnização aos Investidores, a GNB GP tem registado nas suas contas extrapatrimoniais, em 31 de dezembro de 2016, na rubrica Compromissos irrevogáveis no montante de 504 012 euros (2015: 529 695 euros). Estas responsabilidades encontram-se parcialmente cobertas, de acordo com o definido naquele sistema, por títulos da carteira própria dados em garantia no valor de 251 053 euros (2015: 261 557 euros) (ver Nota 16).

**NOTA 27 – CONSOLIDAÇÃO**

As demonstrações financeiras da GNBGA SGPS e das suas subsidiárias são consolidadas pelo Novo Banco, SA (NB), com sede social na Avenida da Liberdade, 195, em Lisboa, o qual detém 100% do capital do Grupo (ver Nota 25).

**NOTA 28 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o montante dos saldos em balanço, a receber e a pagar, das transações com empresas participadas do Grupo Novo Banco e com empresas do Novo Banco.

Em maio de 2016 a sociedade Seguradoras Unidas S.A. (anteriormente denominada Companhia de Seguros Tranquilidade, SA) deixou de ser acionista da GNB GA, deixando assim de ser parte relacionada.

As transações com partes relacionadas no período em questão analisam-se como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Consolidado							
	31-12-2016				31-12-2015			
	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos
<b>Acionistas</b>								
Novo Banco	24 272 382	2 527 065	5 855 105	47 890	94 956 720	1 959 211	7 287 656	123 731
BEST	89 390	196 597	265 141	369 915	94 000	91 733	315 134	363 873
Novo Banco dos Açores	4 988 044	8 739	17 720	53 060	5 934 985	6 587	30 583	85 707
Seguradoras Unidas	n.a	n.a	n.a	n.a	416 745	2 454	366 459	-
	<u>29 349 816</u>	<u>2 732 401</u>	<u>6 137 966</u>	<u>470 865</u>	<u>101 402 450</u>	<u>2 059 985</u>	<u>7 999 832</u>	<u>573 311</u>
<b>Subsidiárias e Associadas de Acionistas</b>								
GNB FIM	-	-	32 267	-	-	-	52 670	-
GNB FII	-	-	41 726	-	-	-	63 020	-
GNB FP	-	-	38 204	-	-	-	54 050	-
Locarent	-	20 871	256 984	-	-	( 210)	255 367	-
GNB - Cº de Seguros	19 970	-	-	9 126	10 407	-	-	7 501
GNB - Cº Seguros Vida	1 798 424	-	-	3 343 518	898 228	-	-	2 262 784
GNB Serviços de Suporte Operacional, ACE	-	16 958	188 314	245 315	248 840	27 755	513 229	647 972
GNB Sistemas de Informação, ACE	-	-	9 247	-	-	7 478	18 454	-
Edenred Portugal	-	-	1 901	-	-	( 306)	2 198	-
Esegur	-	-	-	-	-	-	19 400	-
Novo Banco Espanha	22 039	-	-	-	22 099	-	-	-
Novo Banco Sucursal Financeira do Exterior	125 038	-	-	-	7 361 117	-	479	97 287
Novo Banco luxemburgo	4 411 546	-	-	47 606	6 602 840	-	-	55 681
Multipessoal	-	-	-	-	-	-	103 359	-
Fundo Prediloc	7 248	-	-	85 225	-	-	-	-
Fundo NB Património	208 717	-	-	2 582 910	-	-	-	-
Fundo NB Logística	32 813	-	-	388 286	-	-	-	-
Fundo NB Arrendamento	11 238	-	-	247 369	-	-	-	-
Fundo Fungere	62 879	-	-	813 539	-	-	-	-
Fundo Fungepi II	77 846	-	-	935 204	-	-	-	-
Fundo Fungepi	64 845	-	-	868 810	-	-	-	-
Fundo Fundes	46 842	-	-	642 400	-	-	-	-
Fundo Arrábida	29 087	-	-	345 189	-	-	-	-
Fundo Asas Invest	9 000	-	-	9 000	-	-	-	-
Fundo Fimes Oriente	242 616	-	-	208 088	-	-	-	-
Fundo InvestFundo VII	6 750	-	-	20 023	-	-	-	-
<b>Outros</b>								
Portucale	1 040 166	-	-	331 549	1 175 962	-	-	352 594
	<u>8 217 064</u>	<u>37 829</u>	<u>568 643</u>	<u>11 123 157</u>	<u>16 319 493</u>	<u>34 717</u>	<u>1 082 226</u>	<u>3 423 819</u>

(Montantes expressos em Euros)

	Individual							
	31-12-2016				31-12-2015			
	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos	Ativos	Passivos	Custos	Proveitos
<b>Acionistas</b>								
Novo Banco	6 007 956	57 867	227 520	17 100	78 347 726	11 565	145 233	-
BEST	-	-	-	-	-	-	-	-
BAC	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguradoras Unidas	n.a	n.a	n.a	n.a	-	-	-	-
	<u>6 007 956</u>	<u>57 867</u>	<u>227 520</u>	<u>17 100</u>	<u>78 347 726</u>	<u>11 565</u>	<u>145 233</u>	<u>-</u>
<b>Subsidiárias e Associadas de Acionistas</b>								
GNB FIM	50 227	98 907	724 722	153 341	114 616	53 432	719 831	311 245
GNB FII	81 156	1 969	54 505	4 181 418	145 834	7 065	86 878	4 535 709
GNB GP	1 963 940	-	-	2 766 641	2 023 007	-	-	8 352 326
GNB FP	-	5 401	33 991	166 103	161 622	16 684	20 731	3 000 650
Capital Mais					14 299	-	-	323 376
GNB PI	125 038	-	-	7 000 000	-	-	-	9 000 000
NAFE	-	-	-	19 761 250	-	-	-	-
GNB International Management	-	-	-	-	503	-	-	-
Novo Activos Financieros España, SA					-	-	-	3 000 000
Locarent	-	6 123	71 250	-	-	72	59 319	-
GNB - Cª de Seguros	19 712	-	-	-	2 667	-	-	273
GNB - Cª Seguros Vida	19 712	-	-	-	-	-	-	-
GNB Serviços de Suporte Operacional, ACE	-	-	-	21 301	21 730	-	-	53 664
GNB Sistemas de Informação, ACE	-	-	2 926	-	-	-	37 909	-
Edenred Portugal	-	-	455	-	-	-	4 559	-
Esegur	87	-	-	-	-	-	19 191	-
Esumédica	-	72	1 665	-	-	49	-	1 072
<b>Outros</b>								
Portuale	1 129 610	-	-	331 549	1 175 962	-	-	352 594
	<u>3 389 482</u>	<u>112 472</u>	<u>889 514</u>	<u>34 381 603</u>	<u>3 660 240</u>	<u>77 302</u>	<u>948 418</u>	<u>28 930 909</u>

**NOTA 29 – JUSTO VALOR**

O Justo valor dos ativos financeiros do consolidado é como segue:

(Montantes expressos em euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao		Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Justo Valor	Cotações de mercado (Nível 1)		
<b>31 de dezembro de 2016</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 012	-	-	13 012	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	-	-	28 721 906	28 721 906
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	1 013 200	-	-	1 013 200	1 013 200
Activos financeiros disponíveis para venda	15 067	5 414 062	-	5 429 129	5 429 129
Aplicações em instituições de crédito	15 417 533	-	-	15 417 533	15 417 533
<b>Activos financeiros</b>	<b>45 180 718</b>	<b>5 414 062</b>	<b>-</b>	<b>50 594 780</b>	<b>50 594 780</b>
Outros passivos	8 347 904	-	-	8 347 904	8 347 904
<b>Passivos financeiros</b>	<b>8 347 904</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8 347 904</b>	<b>8 347 904</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 000	-	-	1 000	1 000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	97 926 631	-	-	97 926 631	97 926 631
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	15 067	6 341 444	-	6 356 511	6 356 511
Aplicações em instituições de crédito	19 670 584	-	-	19 670 584	19 670 584
<b>Activos financeiros</b>	<b>117 613 282</b>	<b>6 341 444</b>	<b>-</b>	<b>123 954 726</b>	<b>123 954 726</b>
Outros passivos	4 914 648	-	-	4 914 648	4 914 648
<b>Passivos financeiros</b>	<b>4 914 648</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4 914 648</b>	<b>4 914 648</b>

O Justo valor dos ativos financeiros do Individual é como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	<b>Custo Amortizado</b>	<b>Valorizados ao Justo Valor</b>	<b>Total Valor de Balanço</b>	<b>Justo Valor</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais *	500	-	500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito *	6 029 995	-	6 029 995	6 029 995
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	15 067	15 067	15 067
Outros ativos	3 472 960	-	3 472 960	3 472 960
<b>Ativos financeiros</b>	<b>9 503 455</b>	<b>15 067</b>	<b>9 518 522</b>	<b>9 518 522</b>
Outros passivos	323 252	-	323 252	323 252
<b>Passivos financeiros</b>	<b>323 252</b>	<b>-</b>	<b>323 252</b>	<b>323 252</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais *	500	-	500	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito *	78 339 697	-	78 339 697	78 339 697
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	15 067	15 067	15 067
Outros ativos	3 779 947	-	3 779 947	3 779 947
<b>Ativos financeiros</b>	<b>82 120 144</b>	<b>15 067</b>	<b>82 135 211</b>	<b>82 135 211</b>
Outros passivos	304 515	-	304 515	304 515
<b>Passivos financeiros</b>	<b>304 515</b>	<b>-</b>	<b>304 515</b>	<b>304 515</b>

\* Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de Balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, conforme referido na Nota 3.4.

Os ativos e passivos ao justo valor, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

**Valores de cotação de mercado (nível 1)** – nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros com cotações disponíveis em mercados oficiais.

**Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado (nível 2)** – consistem na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Sociedade utiliza como inputs nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, spreads de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

**Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado (nível 3)** – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foram efetuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos ativos e passivos.

**NOTA 30 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE**

Tendo em conta a natureza da atividade do Grupo, em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa.

Os riscos incorridos pelo Grupo são essencialmente de natureza legal e operacional, nomeadamente no que respeita a aspetos regulamentares. Os restantes riscos (nomeadamente risco de crédito, contraparte e taxa de juro) situam-se na esfera de atividade dos fundos/carteiras geridos pelas sociedades gestoras.

As funções de Compliance são asseguradas pelo Departamento Jurídico e de Compliance, sendo as funções de Gestão de Risco asseguradas pelo Departamento de Risco e as funções de Auditoria Interna subcontratadas ao departamento de Auditoria Interna do Novo Banco.

Estes Departamentos são responsáveis pelas funções de supervisão e controlo das atividades de intermediação financeira exercida pelas Sociedades, prestando informação ao Conselho de Administração sobre quaisquer situações detetadas, sendo o seu principal objetivo aprofundar o controlo e monitorização dos riscos associados às atividades das Sociedades.

A GNBGA SGPS, de acordo com o Aviso 12/92, não está obrigada a reportar ao Banco de Portugal informação relativa aos fundos próprios.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de crédito do consolidado é analisado como segue:

(Montantes expressos em euros)

Risco de Crédito	Valor da Exposição	Valor Contabilístico	Provisão Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
<b>31 de dezembro de 2016</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 012	13 012	-	13 012
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	28 721 906	-	28 721 906
Activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	1 013 200	1 013 200	-	1 013 200
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 429 129	5 429 129	-	5 429 129
Outros ativos	11 273 604	11 273 604	2 439 217	8 834 387
	<b>46 450 851</b>	<b>46 450 851</b>	<b>2 439 217</b>	<b>44 011 634</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 000	1 000	-	1 000
Disponibilidades em outras instituições de crédito	97 926 631	97 926 631	-	97 926 631
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 356 511	6 356 511	-	6 356 511
Outros ativos	9 794 123	9 794 123	2 238 116	7 556 007
	<b>114 078 265</b>	<b>114 078 265</b>	<b>2 238 116</b>	<b>111 840 149</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de crédito do Individual é analisado como segue:

(Montantes expressos em euros)

Risco de Crédito	Valor da Exposição	Valor Contabilístico	Provisão Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
<b>31 de dezembro de 2016</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	500	-	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 029 995	6 029 995	-	6 029 995
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 067	15 067	-	15 067
Outros ativos	3 731 474	3 731 474	258 514	3 472 960
	<b>9 777 036</b>	<b>9 777 036</b>	<b>258 514</b>	<b>9 518 522</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	500	-	500
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78 339 697	78 339 697	-	78 339 697
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 067	15 067	-	15 067
Outros ativos	4 217 274	4 217 274	437 327	3 779 947
	<b>82 572 538</b>	<b>82 572 538</b>	<b>437 327</b>	<b>82 135 211</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de liquidez do consolidado é analisada como segue:

(Montantes expressos em euros)

Risco de Liquidez	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado
<b>31 de dezembro de 2016</b>						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 012	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 721 906	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	15 400 000	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	66 523 276
Outros ativos	-	6 365 351	122 170	-	-	1 016 088
Total do Ativo	<b>28 734 918</b>	<b>6 365 351</b>	<b>15 522 170</b>	-	-	<b>67 539 364</b>
Passivos						
Outros passivos	-	6 307 914	1 957 964	25 851	56 175	-
Diferença entre o Ativo e o Passivo	28 734 918	57 437	13 564 206	( 25 851)	( 56 175)	67 539 364
<b>31 de dezembro de 2015</b>						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 000	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	97 926 631	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	19 640 500	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	66 523 276
Outros ativos	-	6 365 351	122 170	-	-	1 016 088
Total do Ativo	<b>97 927 631</b>	<b>6 365 351</b>	<b>19 762 670</b>	-	-	<b>67 539 364</b>
Passivos						
Outros passivos	-	2 142 440	655 278	113 648	511 301	2 199 789
Diferença entre o Ativo e o Passivo	97 927 631	4 222 911	19 107 392	( 113 648)	( 511 301)	65 339 575

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de liquidez do Individual é analisada como segue:

(Montantes expressos em euros)

Risco de Liquidez	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Indeterminado
<b>31 de dezembro de 2016</b>				
Ativos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6 029 995	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	15 067
Outros ativos	-	2 306 600	150 272	1 016 088
<b>Total do Ativo</b>	<b>6 030 495</b>	<b>2 306 600</b>	<b>150 272</b>	<b>1 031 155</b>
Passivos				
Outros passivos		482 896	133 192	34 988
Diferença entre o Ativo e o Passivo	6 030 495	1 823 704	17 080	996 167
<b>31 de dezembro de 2015</b>				
Ativos				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	500	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78 339 697	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	15 067
Outros ativos	-	841 830	17 136	2 891 088
<b>Total do Ativo</b>	<b>78 340 197</b>	<b>841 830</b>	<b>17 136</b>	<b>2 906 155</b>
Passivos				
Outros passivos	-	201 011	128 595	634 714
Diferença entre o Ativo e o Passivo	78 340 197	640 819	( 111 459)	2 271 441

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a exposição ao risco de preço no consolidado é analisada como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Exposição máxima	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Obrigações do tesouro	490 149	975 382
<b>Instrumentos de Capital</b>		
Unidades de Participação	4 922 913	5 366 062
Portucale	12 400	12 400
Outros	2 667	2 667
Novo Activos Financieros, Espanha	1 000	-
	<u>5 429 129</u>	<u>6 356 511</u>

## NOTA 31 – EVENTOS SUBSEQUENTES

### **Decisão da “Alienação das participações financeiras Angolanas” da GNB GA SGPS”**

Foi decidido pelo acionista único da sociedade proceder à alienação das participações financeiras (35% em cada uma) detidas nas sociedades em Angola pela GNB – Gestão e Ativos, SGPS, S.A.; a Económico SGFII, S.A. e Económico SGFP, S.A.. Prevê-se que a venda ocorra durante o 1º trimestre de 2017.

### **Decisão do “Reembolso das prestações acessórias pela GNB GP”**

Foi autorizada pelo Banco de Portugal, em 03/01/2017, a restituição pela GNB – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. à respetiva acionista única, a Sociedade GNB – Gestão e Ativos, SGPS, S.A., das prestações acessórias, no montante de 1 875 000 euros.

À data de emissão destas demonstrações, não conhecidos factos materialmente relevantes que devessem dar lugar a ajustamentos ou divulgações nas presentes demonstrações financeiras.

## NOTA 32 – NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

### **32.1- Normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016**

IAS 16 e IAS 38 (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

### III RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

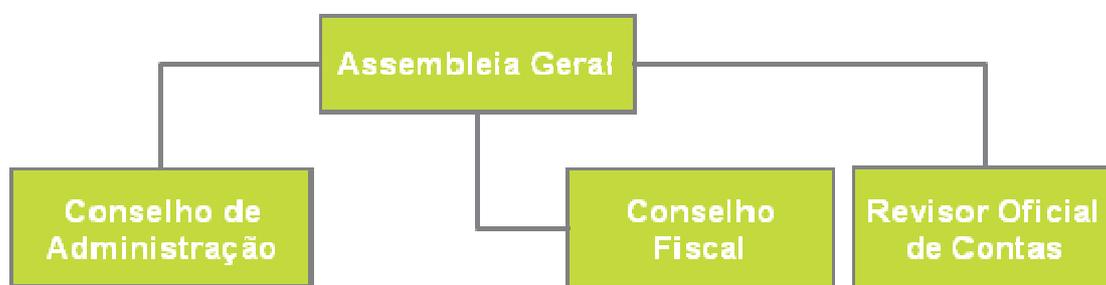
Os princípios e práticas de Governo implementados pela sociedade têm por objetivo uma governação responsável e orientada para a criação de valor.

## 1 ESTRUTURA E MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

### 1.1 ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

Na prossecução da sua atividade a GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (GNBGA SGPS) adota princípios de controlo adequados e eficazes que permitem assegurar o cumprimento das obrigações e deveres a que se encontra sujeita, bem como a maximização dos seus resultados pela gestão eficiente dos seus recursos.

Em 31 de dezembro de 2016, a GNBGA SGPS apresentava a seguinte estrutura de Governação:



#### Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Acionistas reúne com uma periodicidade anual mínima, tendo como principais competências proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. Neste âmbito, compete-lhe, nomeadamente, analisar e aprovar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, bem como deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder às eleições que sejam da sua competência.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão das atividades da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e pela definição da sua estratégia. É também da sua competência garantir que a sociedade estabelece políticas adequadas à gestão dos vários tipos de risco com que se confronta na sua atividade e na das suas participadas e estabelecer meios que garantam a tomada de decisões independentes com garantia do respeito pelo princípio do igual tratamento dos acionistas e clientes.

#### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como principais competências a fiscalização da administração da sociedade e da exatidão das demonstrações financeiras. Anualmente, este órgão é também responsável pela elaboração do relatório sobre a sua ação fiscalizadora e pela emissão de parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração.

## Revisor Oficial de Contas

Ao Revisor Oficial de contas compete, nomeadamente, a revisão das demonstrações financeiras e a emissão de uma opinião independente sobre a exactidão das mesmas e a verificação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas.

## 1.2 MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO

Tem sido objetivo da GNBGA SGPS o desenvolvimento de uma cultura de controlo que assegure a mitigação ou redução dos riscos a que a sociedade e as suas participadas se encontram expostas.

No âmbito da Política de Continuidade de Negócio do Grupo Novo Banco, e consequentemente da GNBGA SGPS, encontram-se estabelecidos os princípios orientadores para a implementação, actualização e o teste regular da função de Gestão de Continuidade de Negócio em todo o Grupo alinhada com as imposições legais e regulamentares em vigor e com *standards* internacionais.

O modelo de gestão implementado garante a consistência e interação da função em todo o Grupo mantendo, contudo, a autonomia de cada entidade e respeitando as especificidades de cada negócio e região onde estas se encontram localizadas.

Assim sendo, compete ao Conselho de Administração da GNBGA SGPS garantir o desenvolvimento e manutenção do Programa de Gestão de Continuidade de Negócio, bem como a aprovação da respetiva Política e Normas, adaptadas à sua especificidade e legislação regulamentar aplicável.

No que concerne a Gestão de Riscos foi realizado um acompanhamento regular da evolução da atividade da sociedade e das suas participadas, no sentido de aferir e limitar os riscos a que se encontram expostas, tendo, por seu lado, a atividade de supervisão e controlo sido exercida, de forma independente, pela função Compliance.

Dada a natureza da atividade da GNBGA SGPS e suas participadas, os riscos incorridos são essencialmente riscos de carácter operacional, reputacional, jurídico e de compliance. Os restantes riscos (risco de crédito, liquidez, contraparte e taxa de juro), situam-se na esfera de atividade dos fundos/carteiras geridos pelas suas participadas. No sentido de acautelar os riscos da atividade, a sociedade tem implementado as seguintes áreas de acompanhamento e controlo:

Compliance - Assegura que a GNBGA SGPS e, cumulativamente, todos os membros dos seus Órgãos Sociais e todos os seus Colaboradores, cumprem escrupulosamente, no âmbito da sua atividade, todas as exigências legais, estatutárias, operacionais, tutelares, éticas e de conduta que, a cada momento, lhes são aplicáveis.

Gestão de Risco - Assegura o acompanhamento continuo da adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos, através da identificação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes, para que não afetem significativamente a situação financeira da Sociedade.

Auditoria Interna - Assegura o exame e avaliação da adequação e da eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da instituição, bem como do sistema de controlo interno como um todo. De relevar que a função de Auditoria Interna é exercida ao nível Grupo NOVO BANCO, que assegura, nesse âmbito, o acompanhamento da atividade da GNBGA SGPS.

## 2 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remunerações abaixo indicada aplica-se na determinação da remuneração dos Órgãos Sociais e Dirigentes da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e das Sociedades por si dominadas.

### 2.1 ENQUADRAMENTO

Por deliberação do Banco de Portugal, de 3 de Agosto de 2014, na sequência da medida de resolução aplicada ao BES, foi constituído o NOVO BANCO, para o qual foram transferidos a maioria dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais, entre os quais a participação no capital social da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A., que passou, assim, a fazer parte do Grupo NOVO BANCO.

Desde então o NOVO BANCO tem prosseguido a sua actividade enquanto banco de transição, sendo que este estatuto tem duração limitada de dois anos, prorrogável por períodos de um ano, com base em fundadas razões de interesse público, até ao máximo de cinco anos, conforme disposto no artigo 145.º-G, n.º12 do RGICSF.

Considerando esta situação excepcional foi determinada a alteração da Política de Remunerações em vigor na GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e Sociedades por si dominadas, nomeadamente no sentido de não prever a possibilidade de atribuição de remunerações variáveis, quer aos Órgãos de Administração quer aos seus Dirigentes.

### 2.2 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ESAF GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A E ENTIDADES FINANCEIRAS POR SI DOMINADAS

#### 2.2.1 Enquadramento

A GNB – Gestão de Ativos, SGPS, S.A. (a « GNB - GA ») é a holding do Grupo NOVO BANCO (o «GNB») especializada na actividade de gestão de activos financeiros.

No que respeita ao sistema financeiro português, a GNB - GA detém 100% do capital social e dos direitos de voto de três sociedades financeiras e de uma sociedade gestora de fundos de pensões.

As sociedades financeiras são a GNB – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (a «GNB - FII»), a GNB - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (a «GNB - FIM») e a GNB - Sociedade Gestora de Patrimónios, SA. (a «GNB - GP»).

A sociedade gestora de fundos de pensões é a GNB- Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A. (a «GNB - FP»).

Todas as acima referidas sociedades são designadas no presente documento, conjuntamente como «GNB Gestão de Ativos» ou como as «Sociedades GNB Gestão de Ativos», constituindo todas um subgrupo de empresas inserido no Grupo NOVO BANCO.

#### 2.2.2 Regulamentação em matéria de políticas de remuneração de Órgãos Sociais e Dirigentes

No ano de 2011, foi aprovado o Decreto-Lei 88/2011, de 20 de Julho, que veio transpor a Directiva n.º 2010/76/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que prossegue, nomeadamente, o objectivo de impor às instituições de crédito e empresas de investimento a obrigação de adoptarem políticas e práticas de remuneração que promovam

uma gestão sólida e eficaz dos Riscos no que respeita aos colaboradores cuja actividade tenha um impacto significativo no perfil de risco da instituição.

Posteriormente, o Banco de Portugal aprovou o Aviso 10/2011, que veio revogar o Aviso n.º 1/2010 e a Carta Circular n.º 2/2010, e vem actualizar a regulamentação relativa aos princípios gerais em matéria de políticas e práticas de remuneração, a fim de garantir que a estrutura de remuneração não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos, é compatível com os interesses a longo prazo das instituições, e define os requisitos de divulgação de informação exigíveis neste domínio.

O Instituto de Seguros de Portugal aprovou a Norma Regulamentar 5/2010-R, bem como a Circular 6/2010, aplicáveis às sociedades gestoras de fundos de pensões.

Entretanto, no ano de 2014, foi aprovado o Decreto-Lei 157/2014 de 24 de outubro, e já em 2015 aprovada a Lei 16/2015 de 24 de fevereiro, diplomas que vêm concretizar diversas iniciativas em matéria de governo societário, designadamente, através de um conjunto de novas regras relativas à estrutura e composição das remunerações, novas regras que implicam alterações à política de remunerações.

Através de várias iniciativas regulamentares, aprovadas pelas entidades de supervisão do setor, foi operada a extensão do dever de divulgação da política de remunerações à remuneração dos Dirigentes das instituições que, não sendo membros dos respetivos órgãos de administração ou de fiscalização, exerçam a sua atividade no âmbito das funções com responsabilidade na assunção de riscos por conta da instituição ou dos seus clientes, com impacto material no perfil de risco da instituição, ou a sua remuneração total os coloque no mesmo escalão de remuneração que os membros dos órgãos de administração ou fiscalização ou ainda que exerçam as funções de gestão do risco e controlo previstas no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008.

Neste âmbito, entendeu-se adotar uma política global de remuneração para os seus Órgãos Sociais e Dirigentes, ainda que as acima referidas iniciativas não sejam aplicáveis a todas as sociedades GNB Gestão de Ativos, de modo a garantir a coerência da sua política global de remuneração, política que considera adequada à dimensão e organização interna, à natureza, ao âmbito e à complexidade das atividades desenvolvidas.

### **2.2.3 A política de remuneração dos Órgãos Sociais da GNB - Gestão de Ativos, SGPS, S.A. e entidades financeiras por si dominadas**

A presente política visa definir um conjunto de princípios e práticas de remuneração coerentes com a especificidade própria das entidades financeiras que compõem a GNB Gestão de Ativos.

Por outro lado, e tendo em conta que todas as sociedades GNB Gestão de Ativos partilham essencialmente a mesma estrutura organizativa e identidade de órgãos de administração, justifica-se plenamente a adopção de uma política de remuneração que seja comum a todas.

#### **I. Processo de aprovação e fiscalização da Política de Remuneração**

##### **a) Aprovação**

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais é aprovada em Assembleia Geral de cada uma das sociedades que compõem o “grupo” GNB Gestão de Ativos.

##### **b) Fiscalização da implementação da Política de Remunerações**

A fiscalização da respectiva implementação é da competência Conselho Fiscal, ou do Fiscal Único, quando aplicável, devendo esta ser efectuada com periodicidade anual, com o objectivo de verificação das políticas e procedimentos de remuneração adoptados.

**c) Consultores externos**

Não foram contratados quaisquer consultores externos para a definição da política de remuneração dos órgãos sociais.

**II. Remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral**

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados de forma regular, podendo apenas receber uma senha de presença nas Assembleias que realizem.

**III. Remuneração dos membros do Órgão de Fiscalização**

O Órgão de Fiscalização da GNB – GA e da GNB - FII, é o Conselho Fiscal, composto por 3 membros efectivos e um suplente.

Os membros do Conselho Fiscal poderão receber remuneração fixa pelo exercício das suas funções, nos termos que vierem a ser determinados pela Assembleia Geral.

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas efetivo, quer do Conselho Fiscal da GNB – GA quer da GNB - FII, a sua remuneração é efectuada de forma independente e enquadrada por via do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, estando dessa forma em linha com as práticas do mercado. O Revisor Oficial de Contas suplente não é remunerado.

O Órgão de Fiscalização das restantes sociedades GNB Gestão de Ativos é o Fiscal Único, cuja remuneração é fixa, e determinada de forma independente por via do contrato de prestação de serviços de revisão de contas com a respectiva sociedade.

**IV. Remuneração dos Membros do Órgão de Administração**

**a) GNB GA**

A Administração da GNB - GA será exercida pelo Conselho de Administração composto por três a quinze membros, sem prejuízo deste poder delegar a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, constituída por três a cinco membros.

O Presidente do Conselho de Administração se: i) remunerado noutra sociedade do Grupo Novo Banco; ii) não exercer a gestão corrente; ou iii) não tenha funções executivas, quando haja delegação de poderes, não será remunerado pelo exercício das funções que exerça na GNB Gestão de Ativos.

Os administradores que tenham a gestão corrente da sociedade, ou funções executivas no caso de delegação de poderes, são remunerados, podendo a remuneração fixa do Presidente e a do Vice-Presidente ser superior à dos restantes membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, bem como da Comissão Executiva no caso de delegação de poderes, recebem uma remuneração fixa, paga 14 vezes ao ano, e cujo montante poderá variar por força da aplicação das regras sobre subsídios de férias e /ou de Natal.

Adicionalmente, a esta remuneração fixa acrescem alguns complementos que são atribuídos a todos os restantes colaboradores das sociedades GNB Gestão de Ativos que cumpram os mesmos pressupostos e regras, como diuturnidades ou outros subsídios.

Os membros do Conselho de Administração da GNB - GA que exerçam funções de administração nas restantes sociedades da GNB Gestão de Ativos, serão apenas remunerados pelo exercício de funções na GNB - GA.

Sem prejuízo do referido nos parágrafos anteriores a Assembleia Geral poderá determinar a atribuição de uma remuneração substancialmente mais reduzida do que a dos demais membros, pelo fato de desempenharem funções mais limitadas.

#### **b) Restantes sociedades GNB Gestão de Ativos**

Nas demais sociedades GNB Gestão de Ativos, os membros do Conselho de Administração, recebem um vencimento fixo (com exceção dos membros que sejam também administradores da GNB - GA e aí sejam remunerados) pago 14 vezes ao ano, e cujo montante poderá variar por força da aplicação das regras sobre subsídios de férias e/ou de Natal.

Adicionalmente, a esta remuneração fixa acrescem alguns complementos que são atribuídos a todos os restantes colaboradores das sociedades GNB Gestão de Ativos que cumpram os mesmos pressupostos e regras, como diuturnidades ou outros subsídios.

Alguns membros do Conselho de Administração das sociedades GNB Gestão de Ativos podem receber uma remuneração substancialmente mais reduzida do que outros, pelo facto de desempenharem funções mais limitadas e/ou complementares às funções que já sejam exercidas noutras sociedades do Grupo NOVO BANCO.

Membros Independentes do Conselho de Administração das sociedades GNB Gestão de Ativos podem receber uma remuneração:

- Fixa, paga 14 vezes ao ano ou;
- Paga através de senhas de presença;
- Calculada pró rata temporais a partir da data de eleição ou autorização da entidade de supervisão respetiva, dos dois o que ocorrer por último, ou seja deliberado pela Assembleia Geral

#### **c) Determinação da remuneração**

A remuneração fixa dos membros dos diversos Órgãos de Administração das sociedades GNB Gestão de Ativos é determinada todos os anos pela Assembleia Geral anual de cada sociedade.

#### **i) Critérios em que se baseia a manutenção pelos administradores executivos das acções que lhes tenham sido atribuídas**

Não são atribuídas quaisquer acções ou opções sobre acções aos Administradores Executivos das sociedades GNB Gestão de Ativos.

#### **j) Critérios em que se baseia a eventual celebração de contratos relativos às acções atribuídas**

Não são atribuídas quaisquer acções ou opções sobre acções aos Administradores Executivos das sociedades GNB Gestão de Ativos.

#### **l) Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários**

Não existem outras formas de remuneração para além da descrita na presente política de remuneração.

- m) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos**

Não existem outras formas de remuneração para além da descrita na presente política de remuneração.

- n) Compensações ou Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Não são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração relativamente à cessação das suas funções.

- o) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração**

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração em caso de destituição sem justa causa.

- p) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela assembleia-geral**

Aplica-se o regime de reforma e / ou plano de pensões aplicável à generalidade dos colaboradores no âmbito da Sociedade com a qual têm contrato de trabalho, não obstante o mesmo se encontrar suspenso pelo exercício das funções de administração nessa sociedade ou em outra com que essa se encontre em relação de domínio ou de grupo.

- q) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores**

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

#### **Regras aplicáveis a todos os membros do órgão de administração**

- a) Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores**

Não existem quaisquer pagamentos aprovados respectivamente à destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Assembleia Geral.

- b) Montantes pagos em 2016 aos membros dos Órgãos Sociais**

Durante o exercício de 2016 foram pagas aos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade GNB FII as seguintes remunerações:

Membros dos Órgãos Sociais	GNB GESTÃO DE ATIVOS - SGPS				m.€	
	Fixa		Variável		Total GNB GA - SGPS	Outras empresas Grupo GNB GA  Total
	Vencimento	Subsídios e Outros	Paga	Diferida		
Francisco Ravara Cary <sup>(1)</sup>						
Fernando Fonseca Cristino Coelho <sup>(1)</sup>	117	30			147	
Pedro Luis Faria Araújo de Almeida e Costa <sup>(1)</sup>	79	20			100	
João Pedro Correa de Azevedo de Guimarães <sup>(1)</sup>	79	20			100	
Paulo Alexandre Ramos Vasconcelos	136	25			161	
João Carlos da Piedade Ferreira de Pina Pereira						62
Nuno Manuel Patrício dos Santos						60
<b>Total Conselho de Administração</b>	<b>412</b>	<b>95</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>507</b>	<b>121</b>
José Manuel Macedo Pereira	25				25	
António Gonçalves	4	1			5	5
Joaquim Manuel da Silva Neves	3	0			3	3
José Maria Rego Ribeiro da Cunha	3	0			3	
<b>Total Conselho Fiscal</b>	<b>33</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>7</b>

<sup>(1)</sup> - Término do mandato em 31/12/15, mantendo-se em funções até 31/07/16.

## 2.3 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES DA GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. E ENTIDADES FINANCEIRAS POR SI DOMINADAS

### 2.3.1 Aspectos fundamentais da política de remuneração dos Dirigentes da GNB - GA

A política de remunerações dos Dirigentes das sociedades GNB Gestão de Ativos deve ser coerente com a política aprovada para os Órgãos de Administração da GNB - GA, entidade que tem de assegurar que todas as suas filiais implementam políticas de remuneração consistentes entre si.

Deverá ainda ser tida em conta a especificidade própria das entidades financeiras que compõem a GNB Gestão de Ativos.

No contexto da presente Política entende-se como «Dirigentes» abrangidos pela presente política de remunerações não apenas os dirigentes em sentido amplo, aqui cabendo os Directores de Departamento, independentemente da área em que exerçam actividade, como ainda os Quadros Directivos que participem nos Comitês de Investimento em funcionamento na GNB Gestão de Ativos e os Quadros Directivos com funções nas áreas de Auditoria Interna, Compliance e Gestao de Riscos.

Com efeito, entende-se que – à margem dos titulares dos órgãos sociais - estes profissionais representam colaboradores cujo desempenho tem um impacto material sobre o perfil de risco da GNB Gestão de Ativos, uma vez que possuem acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre gestão e estratégia da GNB Gestão de Ativos.

### 2.3.2 A política de remuneração dos Dirigentes das sociedades GNB Gestão de Ativos

#### I. Processo de aprovação e fiscalização da política de remuneração

##### a) Aprovação

A Política de Remuneração dos Dirigentes é aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada nas Assembleias Gerais de cada uma das sociedades GNB Gestão de Ativos.

**b) Fiscalização da implementação da Política de Remunerações**

A fiscalização da respectiva implementação é da competência Conselho Fiscal ou do Fiscal Único, quando aplicável, devendo esta ser efectuada com periodicidade anual, com o objectivo de verificação das políticas e procedimentos de remuneração adoptados.

**c) Remuneração dos colaboradores que exerçam funções de controlo**

Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções de gestão de risco e controlo são remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, assegurando que se verifique uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.

A remuneração destes colaboradores é fiscalizada diretamente pelo órgão de fiscalização.

**II. Política de Remuneração**

**a) Determinação da remuneração**

Os Dirigentes recebem uma remuneração fixa, paga **14** vezes ao ano, e cujo montante poderá variar por força da aplicação das regras sobre subsídios de férias e /ou de Natal.

Adicionalmente, a esta remuneração fixa acrescem alguns complementos que são atribuídos a todos os restantes colaboradores das sociedades GNB Gestão de Ativos que cumpram os mesmos pressupostos e regras, como diuturnidades ou outros subsídios.

**b) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral**

Aplica-se o regime de reforma e / ou plano de pensões aplicável à generalidade dos colaboradores no âmbito da Sociedade com a qual têm contrato de trabalho.

**c) Montantes pagos em 2016**

Durante o exercício de 2016 foram pagas, no âmbito das empresas que constituem a GNB Gestão de Ativos, as seguintes remunerações:

	m.€	
	Dirigentes	Funções de Controlo
Nº	29	2
Remuneração Fixa	2.038	68
Remuneração Variável	-	-

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS CONSOLIDADAS

**GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.**



**Exercício de 2016**

Ao Acionista Único

GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas que o Conselho de Administração da GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. (GNB GA) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. Desde o início das nossas funções temos tido a melhor colaboração do(s):
  - Conselho de Administração;
  - Responsáveis operacionais pelos serviços de Auditoria Interna do Grupo, de Contabilidade, de Gestão do Risco, de Controlo Interno, de Compliance e de Governação da Sociedade;
  - Revisor Oficial de Contas,os quais sempre prestaram esclarecimentos claros e rigorosos às questões que lhes foram colocadas pelo Conselho Fiscal.
3. Tal como referido no Relatório de Gestão o período findo em 31 de dezembro de 2016 caracterizou-se pela incerteza associada ao processo de venda do Novo Banco, S.A.. Simultaneamente, verificou-se um decréscimo dos ativos sob gestão com o impacto negativo ao nível dos resultados, ainda que tenham sido desencadeados processos de reestruturação visando a simplificação.
5. O Conselho Fiscal reviu as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o

Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.

6. Reunimos, com o Revisor Oficial da Contas a Sociedade, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases do trabalho de auditoria, nomeadamente os riscos identificados na fase de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões relativamente às contas consolidadas. O revisor oficial de contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2016 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas, com uma reservas e sem ênfases, com a qual concordamos.

É entendimento do Revisor Oficial de Contas que não dispõe de prova de auditoria suficiente e adequada que lhe permita concluir quanto ao Goodwill registado no balanço associado à participação de 50% da Novo Activos Financieros, S.A.. O facto de não existir uma avaliação externa e independente consiste numa limitação ao âmbito do trabalho nesta área.

De igual modo é entendimento do Revisor Oficial de Contas que, no atual contexto, o cumprimento do plano de negócios do Grupo encontra-se condicionado pela estratégia do futuro acionista.

7. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da Sociedade.

#### **Parecer**

8. Como resultado das ações de fiscalização realizadas, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
  - a) O Relatório de Gestão Consolidado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e
  - b) As Demonstrações Financeiras Consolidadas ( Balanço Consolidado, Demonstração de Resultados Consolidado, Demonstração Consolidada de Rendimento Integral e Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado) do exercício de 2016, tal como foram apresentados pela Administração;

9. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores do Banco toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de maio de 2017

O Conselho Fiscal

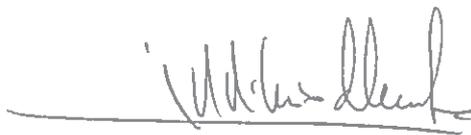
Presidente

  
António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal

  
Joaquim Manuel da Silva Neves

Vogal

  
José Maria Ribeiro da Cunha

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### CONTAS INDIVIDUAIS

#### GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.



#### Exercício de 2016

Ao Acionista Único da

GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A.

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à Vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como emitir parecer sobre o relatório de gestão, a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da GNB – GESTÃO DE ATIVOS, SGPS, S.A. (GNB GA) apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva certificação legal das contas emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas.
2. Desde a sua nomeação, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes, efectuando reuniões periódicas e apreciando os elementos contabilísticos que lhe foram regularmente disponibilizados, bem como os esclarecimentos complementares que foram prestados pelo Conselho de Administração. Para o efeito, reuniu regularmente com o Conselho de Administração da Sociedade, bem como com os responsáveis das áreas relevantes, nomeadamente a gestão de risco, o *compliance*, a contabilidade e a auditoria interna corporativa.
3. Foi verificada a regularidade dos registos contabilísticos e o processo de monitorização e acompanhamento da atividade da Sociedade, tendo os responsáveis das áreas operacionais reunido com Conselho Fiscal, apresentando as principais tendências e evoluções ocorridas ao nível da atividade desenvolvida e dos resultados obtidos. Averiguamos da observância da lei e do contrato de sociedade.
4. De modo a garantir uma adequada fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna o Conselho Fiscal, reuniu com: (i) os responsáveis do Departamento de Auditoria Interna do Grupo, na medida em que esta consiste numa função corporativa; (ii) os responsáveis pela área de identificação e monitorização do sistema de risco e do *compliance*; e (iii) os auditores externos, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido por estas diferentes funções. Não nos foram comunicadas situações de risco anormais, sendo o sistema de

controlo interno adequado face aos riscos operacionais e de relato financeiro identificados.



Verificamos que no decurso do presente exercício foi dada particular atenção à monitorização da atividade desenvolvida pela Sociedade.

5. O Conselho Fiscal reviu as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade os quais visam assegurar a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das suas operações. Adicionalmente, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, sendo a mesma adequada.
6. Reunimos, com o Revisor Oficial de Contas a Sociedade, tendo tomado conhecimento dos resultados do trabalho desenvolvido nas diferentes fases do trabalho de auditoria, nomeadamente os riscos identificados na fase de planeamento e a resposta aos mesmos concebida pela equipa de auditoria, os testes de auditoria planeados, trabalho realizado e respetivas conclusões. O revisor oficial de contas acompanhou o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras do Banco, tendo dado conhecimento ao Conselho Fiscal das suas conclusões e concordância quanto aos documentos elaborados pelo Conselho de Administração.

Tomamos conhecimento da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2016 emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas, com duas reservas e com a qual concordamos.

É entendimento do Revisor Oficial de Contas que não dispõe de prova de auditoria suficiente e adequada que lhe permita concluir quanto ao Goodwill registado no balanço associado à participação de 50% da Novo Activos Financieros, S.A.. O facto de não existir uma avaliação externa e independente consiste numa limitação ao âmbito do trabalho nesta área.

De igual modo é entendimento do Revisor Oficial de Contas que no atual contexto o cumprimento do plano de negócios do Grupo encontra-se condicionado pela estratégia do futuro acionista.

Verificamos da independência do revisor oficial de contas para o exercício das suas funções, reunindo o mesmo, os necessários requisitos de independência.

7. Procedemos à apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras da Sociedade que nos foram apresentadas pelo Conselho de Administração. O relatório de gestão obedece às disposições legais e estatutárias, referindo os aspetos mais relevantes da atividade durante o exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico em vigor, sendo os princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adequados e permitindo que as mesmas apresentem uma imagem verdadeira da posição financeira e dos resultados da sociedade.

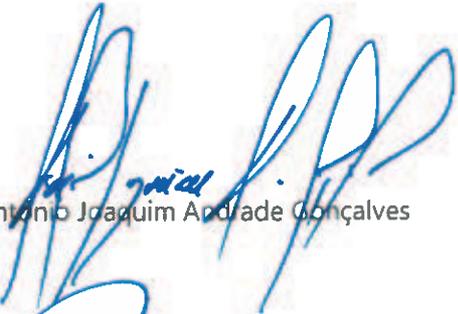
## Parecer

8. Como resultado das ações de fiscalização realizadas, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:
  - a) O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício de 2016, tal como foram apresentados pela Administração;
  - b) A proposta para a aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
9. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer aos membros do Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Colaboradores do Banco toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 29 de maio de 2017

O Conselho Fiscal

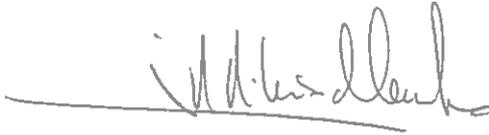
Presidente

  
António Joaquim Andrade Gonçalves

Vogal

  
Joaquim Manuel da Silva Neves

Vogal

  
José Manuel Ribeiro da Cunha



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

#### ***Opinião com reservas***

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA (Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 71.827.801 euros e um total de capital próprio de 57.240.847 euros, incluindo um resultado líquido de 8.615.454 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea a) apresentada na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião com reservas***

a) Conforme divulgado na nota 19 das demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica de Ativos intangíveis inclui em 31 de dezembro de 2016 um *Goodwill* no valor de 6.009 milhares de euros. Este montante, registado em 2016, teve por referência o preço de compra, em junho de 2016, da participação de 50% da Novo Activos Financieros, SA, que era detida pelo Novo Banco, SA, pelo montante de 11.036 milhares de euros. Em 31 de Dezembro de 2016, a Novo Activos Financieros, SA apresentou um montante de capitais próprios de 9.942 milhares de euros e um resultado líquido negativo de 1.489 milhares de euros. A análise de indicadores de imparidade efetuada pela Entidade teve por comparável apenas o valor da referida transação, sem recurso a uma avaliação externa e independente, pelo que não nos é possível concluir, com razoável grau de segurança, quanto à recuperabilidade do valor daquele ativo à data de 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt*  
*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*  
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

### ***Incerteza material relacionada com a continuidade***

Tal como referido na nota 3.1 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo prepara as suas demonstrações financeiras consolidadas no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que o Grupo disponha de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tenha intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Conforme referido na nota 25 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, no dia 3 de agosto de 2014, na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, SA (BES), em que a generalidade da atividade e do património do BES foi transferida, de forma imediata e definitiva, para o Novo Banco SA (Novo Banco), a GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA e as suas subsidiárias passaram a fazer parte do Grupo Novo Banco.

Em março de 2017, como consta do domínio público, foram estabelecidos acordos entre a Lone Star e o Fundo de Resolução, acionista único do Novo Banco, tendentes à alienação da maioria do seu capital social no curto prazo, cumprindo-se assim com os compromissos estabelecidos entre o Estado Português e a Comissão Europeia, que previam que tal ocorresse até agosto de 2017. A conclusão desta transação, prevista para o final de 2017, está dependente da verificação de um conjunto de condições precedentes, incluindo, de entre outras, a obtenção das necessárias autorizações regulatórias, de onde se salientam as do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, e ainda da realização de um exercício de gestão de passivos, sujeito à adesão dos obrigacionistas não subordinados do Novo Banco.

Neste contexto, o cumprimento do plano de negócios do Grupo encontra-se necessariamente condicionado pela estratégia do futuro acionista, pela sua capacidade para gerar negócio relevante para o Novo Banco.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

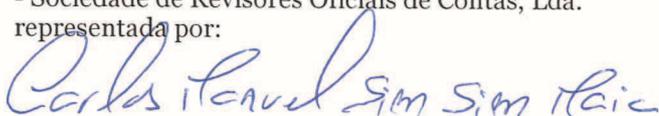
### ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

#### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

29 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião com reservas***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 43.132.371 euros e um total de capital próprio de 42.139.872 euros, incluindo um resultado líquido de 21.459.513 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na alínea a) da secção “Bases para a opinião com reservas” e aos efeitos da matéria referida na alínea b) da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da GNB – Gestão de Ativos, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

#### ***Bases para a opinião com reservas***

a) Conforme divulgado na nota 20 das demonstrações financeiras, a rubrica de Investimentos em subsidiárias e associadas inclui em 31 de dezembro de 2016 uma participação de 100% na Novo Activos Financieros, SA, no valor líquido de 22.071 milhares de euros. Este valor líquido corresponde ao custo de aquisição deduzido de imparidade e foi determinado tendo por referência o preço de compra, em junho de 2016, da participação de 50% que era detida pelo Novo Banco, SA, pelo montante de 11.036 milhares de euros. Em 31 de Dezembro de 2016 a Novo Activos Financieros, SA apresenta um montante de capitais próprios de 9.942 milhares de euros e um resultado líquido negativo de 1.489 milhares de euros. A análise de indicadores de imparidade efetuada pela Entidade teve por comparável apenas o valor da referida transação, sem recurso a uma avaliação externa e independente, pelo que não nos é possível concluir, com razoável grau de segurança, quanto à recuperabilidade do valor deste ativo à data de 31 de dezembro de 2016.

b) De acordo com o referido na nossa Certificação Legal das Contas do exercício de 2015, emitida em 27 de junho de 2016, igualmente decorrente da análise de imparidade da participação detida na Novo Activos Financieros, SA, muito embora sem qualquer impacto nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2015, o resultado líquido do exercício de 2015 apresentava-se sobreavaliado em 4.279 milhares de euros e os resultados transitados subavaliados no mesmo montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*

*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*

*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)*

*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*

*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### ***Incerteza material relacionada com a continuidade***

Tal como referido na nota 3.1 anexa às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as suas demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade disponha de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tenha intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Conforme referido na nota 25 anexa às demonstrações financeiras, no dia 3 de agosto de 2014, na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, SA (BES), em que a generalidade da atividade e do património do BES foi transferida, de forma imediata e definitiva, para o Novo Banco SA (Novo Banco), a Entidade passou a fazer parte do Grupo Novo Banco.

Em março de 2017, como consta do domínio público, foram estabelecidos acordos entre a Lone Star e o Fundo de Resolução, acionista único do Novo Banco, tendentes à alienação da maioria do seu capital social no curto prazo, cumprindo-se assim com os compromissos estabelecidos entre o Estado Português e a Comissão Europeia, que previam que tal ocorresse até agosto de 2017. A conclusão desta transação, prevista para o final de 2017, está dependente da verificação de um conjunto de condições precedentes, incluindo, de entre outras, a obtenção das necessárias autorizações regulatórias, de onde se salientam as do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia, e ainda da realização de um exercício de gestão de passivos, sujeito à adesão dos obrigacionistas não subordinados do Novo Banco.

Neste contexto, o cumprimento do plano de negócios da Entidade encontra-se necessariamente condicionado pela estratégia do futuro acionista, pela sua capacidade para gerar negócio relevante para o Novo Banco.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### ***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### ***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

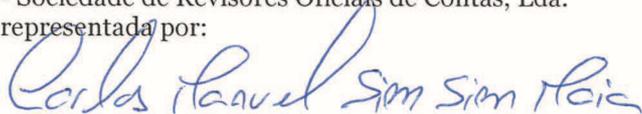
## ***Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

29 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.